



71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DATA: 18 de julho de 2000

HORÁRIO: 9 horas

LOCAL: Sala de reuniões do 1º Andar do Edifício-Anexo do Ministério da Previdência e Assistência Social

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Bom-dia a todos. Vamos dar início à nossa 71ª reunião. Inicialmente, gostaria de justificar a ausência temporária do nosso Presidente, que deve estar chegando dentro de 30 a 40 minutos, no máximo, para dar seqüência à reunião.

Dando início à reunião, gostaria de saber se todos os Conselheiros receberam a Ata da 70ª Reunião Ordinária. Há alguma consideração com referência à Ata da 70ª Reunião?

O Conselheiro Eduardo Barbosa tem a palavra.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Só gostaria de consertar o meu nome, porque apesar de respeitar e gostar muito do Deputado

Eduardo Jorge, de São Paulo, inclusive meu companheiro de Comissão de Seguridade, o meu nome é Eduardo Barbosa. Existem muitos eduardos jorges na mídia, por isso não é muito bom confundir.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Está em que página, Conselheiro?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Página 08.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Fica alterado.

Mais alguma solicitação? Concedo a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Obrigada. Não vim à última reunião, mas justifiquei. Não sei se está constando a justificativa. Vou me abster, porque, como não estive na reunião, é justo que me abstenha. Se não estiver constando da Ata, gostaria de dizer que não vim à última reunião, mas justifiquei a minha ausência.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Consta. "Verificado, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, informando que a Conselheira Maria de Fátima justificou a sua ausência por motivo de viagem ao exterior".

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Gostaria de dizer o porquê. Viajei para resolver problemas familiares sérios.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Quero corrigir o meu nome em dois momentos. É Charles Roberto e não Carlos Alberto. Está na página 09 e mais à frente.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Queria, mais uma vez, pedir que atendessem àquilo que já foi deliberado no plenário, que recebêssemos esse material de véspera, para não ficar essa correria de última hora. Inclusive, que os Conselheiros que não receberam via *e-mail* as Atas, possam acompanhar com mais precisão.

Também não tem número a minha página, mas gostaria de fazer uma correção, na fala do Conselheiro Marco Aurélio. Ao invés de escrever "mudança", registrar "alteração" no Decreto nº 2.536, que trata da filantropia, e o projeto de lei do Deputado Eduardo Jorge, que não deve ser Eduardo Jorge, mas Eduardo Barbosa.

EUGÊNIO GUILHERME HIMMEN - O Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão não é mais MOG, é MP. Isso está na página 04.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Ficam as alterações registradas em Ata para serem feitas.

Não tendo mais nada, vamos aprovar a Ata da Reunião nº 70.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Sr. Presidente, gostaria que se fizesse a verificação dos representantes dos usuários no plenário, porque estamos sem um suplente. **(Inaudível)**.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Vamos passar para a aprovação da pauta. Houve apenas uma alteração da pauta com referência ao nosso Secretário Álvaro, que, à tarde, não virá porque não houve a reunião da Comissão Intergestora Tripartite e, portanto, não haveria assunto para a pauta. Houve apenas essa exclusão da pauta proposta.

Gostaria de fazer uma referência antes de passar para os informes da Presidência. Essas pautas estão sendo fechadas com quinze dias de antecedência, para que possamos ter mais ou menos uma pauta organizada dentro da linha sugerida pelos Conselheiros. Também fizemos uma alteração com referência às discussões dos temas. As Comissões estão sendo realizadas pela manhã, para que se tratem de todos os temas internos, como foi sugerido na última reunião, e, à tarde, os convidados venham para que tratem dos temas externos ao Conselho.

Alguma sugestão para a pauta?

TÂNIA MARA GARIB - Pode-se acrescentar "informes"?

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Sim.

TÂNIA MARA GARIB - Quero acrescentar dois informes:

O primeiro assunto é a Carta de Recife, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais, para conhecimento e apoio dos Conselheiros Nacionais, e o segundo assunto são alguns comentários quanto à forma com que foram realizados os repasses de recursos da SEAS nesse último mês de junho, especialmente os empenhos realizados, devido ao prazo eleitoral - um desrespeito total à questão da gestão municipal, dos municípios.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Após o informe da Presidência, teremos o informe da Conselheira Tânia.

Com a palavra a Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Parece-me que o Dr. Álvaro também viria falar sobre o BPC.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Foi uma sugestão, mas ele não poderá vir à tarde.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Então, gostaria de acrescentar BPC e PETI.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- À tarde ou pela manhã?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - O horário que a Mesa julgar ser importante, mas que não deixe de ser colocado.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Também quero dar informes sobre a reunião do Fonseas realizada em Recife e sobre a Carta de Recife.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Haverá, então, os informes das Conselheiras Tânia, Valdete e Fátima

CARLOS AJUR CARDOSOS COSTA - Quero dar um informe sobre a realização do III Congresso Brasileiro de Atividades de Cegos.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Queria propor a inversão de pauta, para que pudéssemos iniciar pelo item 6.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- O item 6 é a portaria?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Inclusive o motivo desta reunião, nessa data, é o item 6.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Conselheiro Eduardo, pediria que nós não fizéssemos isso no nível da Presidência, porque estamos todos organizados com as Comissões, inclusive com esse assunto, e atrapalharia todo o nosso cronograma de discussão das Comissões.

Podemos fazê-lo logo após as Comissões, se o Conselheiro permitir. Fizemos todo um cronograma das Comissões com a Presidência Ampliada, e isso poderia criar alguma dificuldade.

Entenda: a pauta foi fechada internamente. Estivemos em reunião, ontem, até às 20h30min e, hoje, já trabalhamos esse início da pauta pela manhã, por isso que não deveria mudar o nosso cronograma, inclusive com material rodado etc.

Aprovando a pauta, gostaria de apresentar o nosso Secretário Executivo, que terá que subir para uma reunião onde está o nosso Presidente: Dr. Hélio de Carvalho Matos. É economista, com mestrado em Desenvolvimento Econômico na UnB; foi Secretário de Estado do Planejamento do Estado do Piauí; é Secretário-Geral Adjunto do MEC e Secretário de Fiscalização de Outorga do Ministério da Comunicação, atual Anatel.

Dr. Hélio, por favor, sente-se e faça suas considerações para que iniciemos a nossa reunião.

HÉLIO CARVALHO MATOS - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, como, neste momento, o Ministro Waldeck Ornelas acaba de me convocar, quero, antes de mais nada, dizer da minha alegria em incorporar-me a um Colegiado desta importância para um assunto estratégico da vida brasileira.

Quero dizer que o meu primeiro sentimento é o de que não terei muitas dificuldades para exercer esse mister, vez que me incorporo a um Conselho que tem uma larga experiência de administração e de assistência social e que tem funcionários extremamente dedicados, dos quais quero ressaltar aqui o nome de

Ranieri Braga, que não está conosco porque se encontra em férias e que, em função da experiência que tem como Secretário Executivo deste Conselho, estarei tendo com ele um melhor e mais importante apoio para as funções que acabo de assumir.

Peço, portanto, ao Presidente, licença para ir ao Gabinete, onde terei a oportunidade de conversar sobre alguns pontos que considero essenciais para o trabalho de hoje.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Alguma pergunta ao nosso Secretário Executivo? (Pausa).

Obrigado, Secretário.

Nos informes, fizemos uma mudança, daí o motivo de começarmos a reunião, hoje, pela Comissão de Política, de Financiamento e de Normas. Gostaria de deixar claro isso e vou utilizar os informes da Presidência para condensar os temas às reuniões de Comissão.

Primeiro, as mudanças; depois, os informes, e, então, volto a falar sobre os sistemas comuns.

Tivemos uma mudança com relação ao papel da Vice-Presidência do Conselho. Foi sugerido pela sociedade civil, na época, que a Vice-Presidência passasse a ter um papel atuante, do ponto de vista de pauta, de fechar as Pautas das Comissões e de fazer a ligação entre as Comissões.

A partir da reunião de junho e desta reunião, inicialmente, a Vice-Presidência está vindo, quinzenalmente, a Brasília trabalhar juntamente com as coordenações, funcionários, para que fechemos as pautas específicas.

Sugiro às Comissões que, sempre que tiverem temas comuns que julguem necessários ser tratados pelas demais Comissões, façam as suas coordenações, com a Dora, a Mercês e o Ranieri, pois, com a entrada do novo Secretário Executivo, este voltou a ser o coordenador da Comissão de Normas.

Essas sugestões serão levadas para essas reuniões quinzenais, e faremos os chamados temas comuns, para que as Comissões possam participar de tudo o que está sendo tratado no Conselho.

Essa foi uma das mudanças que houve e que gostaria, no informe da Presidência, de deixar registrado.

Concedo a palavra à Conselheira Tânia, para dar o seu informe.

TÂNIA MARA GARIB - Bom dia a todos. Como foi colocado pelo nosso Presidente em exercício, a Comissão de Política abordará as questões ...

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Não, Conselheira, seus informes com relação à Carta de Recife. Não entramos nas Comissões. Dei o informe da Presidência; Conselheira Valdete, em seguida; Conselheiro Ajur para dar os informes; e, a Conselheira Fátima. A partir daí trataremos das Comissões.

TÂNIA MARA GARIB - Foi distribuída uma cópia da Carta de Recife, realizada nos dias 26, 27 e 28 de junho com a presença de gestores municipais de dezenove Estados brasileiros.

É provável que tenha sido a última reunião do Colegiado com a participação desses gestores, mas ninguém tem certeza se muitos deles permanecerão numa próxima administração. Não temos nenhuma garantia.

Em função disso, contamos com a presença nesse encontro da Secretária Wanda Engel e todos os interlocutores de quatro temas importantes da SEAS que estiveram, em algum momento, nas capacitações regionais com os Estados, que são os interlocutores de capacitação, de monitoramento e avaliação, de fundo e de programática. Eles também puderam repassar para os gestores municipais as informações prestadas, num tempo mais curto, porque essas capacitações tomaram dezesseis horas, no sentido de uniformizar a informação sobre esses temas importantes que a SEAS trabalha a todo momento, até porque, no momento do repasse das informações pelos interlocutores estaduais para os gestores municipais, muita coisa foi engolida, não foi apresentada e muitas informações, portanto, foram perdidas. Isso foi uma realidade nacional e, por essa razão, tivemos como tema, desse Congemas, essa apresentação.

Após a apresentação dos temas e debates entre os gestores, tiramos uma carta, que, na verdade, é um pouco extensa, mas representa, neste momento, os maiores anseios que a categoria dos gestores municipais têm em relação à política de assistência social, que, se me for permitido, Sr. Presidente, gostaria de ler.

"CARTA DE RECIFE

Os gestores municipais da Assistência Social reunidos em Recife, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2000, no IV Encontro

Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, com a participação de 19 estados: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, com o objetivo de discutir o co-financiamento da Assistência Social e os avanços e dificuldades na execução da Política Nacional de Assistência Social, elaboraram a Carta de Recife,

CONSIDERANDO:

- a) A realidade econômica e social do país que reflete as desigualdades sociais;
- b) A não concretização, ainda, de diretrizes estabelecidas no PNAS - Política Nacional de Assistência Social e NOB 99 - Norma Operacional Básica;
- c) A lógica perversa que norteia o atual sistema de financiamento da Assistência Social, que leva em consideração a restrição orçamentária em detrimento da "prestação de serviços a quem dela necessita" (Art. 203 C.F);
- d) A discussão e implantação de programas e projetos nacionais sem que estejam incluídos nos planos municipais e estaduais e nas agendas sociais;
- e) O repasse de verbas para Estados e Municípios sem passar pelos Fundos Municipais e Estaduais e com critérios exclusivamente políticos.

PROPÕE:**a) Financiamento e Planejamento das ações de Assistência Social**

-Realizar mobilização nacional no âmbito do executivo, legislativo e sociedade civil, nas três esferas de governo visando a fixação de orçamento de acordo com a demanda estabelecida nos Planos Municipais e Estaduais de Assistência Social". Até hoje, os nossos planos foram instrumentos de se guardar na gaveta.

"-Que o Congemas discuta, no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e CNAS, a autonomia na utilização dos recursos repassados para a ação continuada, como prevê a Política Nacional de Assistência Social;

-Que os níveis Federal, Estadual e Municipal incluam no financiamento ações que contemplem todos os destinatários da Assistência Social." Na verdade, hoje, só existem para três segmentos e os programas de geração de renda e ação comunitária, feitos por meio de emendas individuais ou coletivas;

"-Que sejam previstos recursos federais e estaduais para realização de projetos específicos considerando as diferentes realidades;

-Realizar mobilização nacional para que se acrescente ao artigo 12 da LOAS, como competência da União, a destinação de recursos financeiros aos municípios a título de co-participação no custeio do pagamento dos Benefícios Eventuais". A Lei Orgânica diz que só o Estado e o Município que devem dar recursos para esse fim;

“-Que os recursos adicionais obtidos no orçamento para 2000 e para ações continuadas sejam distribuídos priorizando o repasse aos Municípios que até o momento não receberam recursos federais, respeitando-se os percentuais estabelecidos para cada Estado na Resolução 339/CNAS;

-Que os gestores federal, estaduais e municipais, articulem com os respectivos legislativos no sentido de que sejam consideradas as prioridades estabelecidas nos Planos Municipais, Estaduais e da União quando da elaboração de emendas parlamentares, para que as mesmas contemplem as necessidades concretas da Assistência Social;

-Que, embora não ideal, se mantenha no ano de 2001 os critérios de partilha estabelecidos na Resolução 339 do Conselho Nacional da Assistência Social, até que novos estudos aprimorem os mesmos;

-Que para a proposição de novo critério de Partilha de Recursos das três esferas de governo, até que se concretize a implantação de um piso básico para a execução das ações de Assistência Social, sejam realizados imediatamente estudos e pesquisas que levem em consideração a realidade dos municípios com relação à população destinatária da Política de Assistência Social e outros indicadores, além dos já existentes oficialmente, como: rede de serviço e capacidade gerencial para execução dos serviços, programas e projetos;

-Que o Congemas continue a realizar estudos no sentido de aprimorar a proposta de um piso básico para a execução das ações de Assistência Social, considerando o co-financiamento pelas três esferas de governo”. Gostaria de informar aos senhores Conselheiros que, sobre este ponto, temos uma minuta, que foi

apresentada nesse encontro, de um piso básico para a Assistência Social, composto de uma parte fixa e uma variável, mas essa proposta sofreu algumas sugestões e críticas no encontro, está sendo aprimorada pela Câmara Técnica de financiamento do Congemas. Tão logo seja aprimorada, traremos também, Sr. Presidente, para a avaliação do Conselho Nacional.

“-Que os Estados assumam efetivamente o papel de coordenador da política de Assistência Social e co-financiadores transmitindo aos municípios as informações e capacitações recebidas do Governo Federal, independentemente de conotações políticas, e em prazos compatíveis para a obtenção dos benefícios dos projetos propostos;
-Que haja maior empenho dos gestores Estaduais de Assistência Social, para a efetivação dos sistemas descentralizado e participativo de Assistência Social, respeitando a autonomia dos municípios e as instâncias de pactuação e deliberação estabelecidas na LOAS e NOB”. Temos denúncias de que em alguns Estados brasileiros não estão fazendo as reuniões das Comissões Bipartites. Estão tomando decisões e dizendo que é dessa Comissão e, por isso, esta proposta.

“-Que a SEAS, quando da realização de oficinas com interlocutores estaduais, garanta a participação de representantes dos Congemas e colegiados de gestores municipais;

-Que os níveis federal e estadual executem planejamentos respeitando os planos de Assistência Social e que se estanque, de vez, a prática de elaboração de projetos de última hora, sem planejamento adequado e baseado em critérios políticos em

detrimento aos critérios técnicos - isso, especialmente, em relação ao Programa Agente Jovem e Centros da Juventude;

-Que o Governo Federal respeite a gestão municipal e repasse aos Municípios que se encontram nesta modalidade de gestão, a execução dos programas e projetos, principalmente o PETI, que em contraposição à LOAS, à PNAS e à NOB/99 estão sendo executados pelos Estados;

-Que a construção das agendas sociais tenha a efetiva participação dos Municípios, construídas a partir dos planos municipais, sejam pactuadas nas CIB's e aprovadas pelos Conselhos Estaduais;

-Que as agendas sociais atuais sejam amplamente divulgadas exigindo-se a remessa de exemplares a todo gestor municipal;

-Que os estudos de avaliação e monitoramento e o relatório de gestão levem em consideração não apenas dados dos projetos financiados parcialmente com as metas liberadas pelo Governo Federal, mas de todo o universo atendido pelo Município e financiado com recursos municipais e estaduais;

-Que os municípios fortaleçam a participação dos gestores no Congemas, e, por extensão, nas Comissões Intergestoras e nos Conselhos Estaduais, para garantir a defesa de seus interesses nesses fóruns;

-Que a CIT acompanhe as reuniões das CIB's, para aprimoramento e fortalecimento das Comissões Intergestoras;

-Que a Segunda etapa do processo de revisão do BPC não seja iniciada sem a avaliação da primeira, considerando as características peculiares de cada região;

-Que os Conselhos exerçam efetivamente o seu papel deliberativo e de controle social do orçamento e da execução orçamentária dos Fundos de Assistência Social;

-Que se continue a mobilização nacional junto aos Legislativos Federal, Estaduais e Municipais no sentido de construir instrumentos que simplifiquem as exigências para repasse de recursos especialmente a exigência de CND (Certidão Negativa de Débitos);

-Que a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS analise a lei de Responsabilidade Fiscal e institua mecanismos para o repasse de recursos sem que haja prejuízos aos destinatários da Assistência Social". Isso é muito sério porque, normalmente, o repasse da Ação Continuada referente a dezembro vem em janeiro e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não podemos deixar nenhuma dívida para o exercício posterior. Há que se ter uma normatização da SEAS, ou seja, qual o comportamento que gestores estaduais e municipais terão em relação a isso.

"b) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

-Que o CNAS urgentemente normatize as representações governamentais e não-governamentais no âmbito dos Conselhos, nas três esferas;

-Que o CNAS regulamente de forma clara o papel do Conselho Municipal e do Conselho Estadual na inscrição de Entidades de Educação e Saúde sugerindo que esta não deva ser responsabilidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social". É uma sugestão.

"RECOMENDAÇÕES:

- Que a SEAS realize urgentemente a capacitação de técnicos e gestores municipais sobre o monitoramento e avaliações dos serviços/programas e projetos de Assistência Social;
- Que se garanta a participação efetiva dos Municípios na elaboração das agendas sociais nos Estados;
- Que os Programas de Capacitação utilizem os fóruns existentes: Fonseas e Congemas;
- Reafirmamos a não-aprovação da forma como vêm sendo implantados os programas e projetos, sem pactuação, como: Centro da Juventude, Agente Jovem, Roda-Moinho, Núcleos de Atendimentos Familiares e outros;

Recife, 28 de junho de 2000."

Gostaria de pedir aos Conselheiros que, se pudessem, ajudassem-nos a divulgar esta carta, a discutir. Penso que, da mesma forma que a gestão estadual e até no âmbito nacional, o que está aqui representado são, verdadeiramente, nossos entraves atuais e que explodem na ponta onde as ações são realizadas.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Conselheira, pode-se abrir a palavra para considerações. Para encaminhamento, a palavra com o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Creio que existe um conjunto de propostas que merece atenção, inclusive análise, não só para difundir, mas entrar na linha de normatização pelo CNAS. Que isso seja levado às Comissões, para que cada uma das Comissões analise o que concerne a elas para já trazer desdobramento disso para a próxima plenária.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Vamos acatar a sugestão do Conselheiro Charles, fazendo inclusive com que esse texto da Conselheira Tânia conste da avaliação das propostas e temas das Comissões, tanto da Comissão de Política, de Normas como de Financiamento, como sugestão.

TÂNIA MARA GARIB - O segundo informe que gostaria de fazer, embora esteja contemplado nessas questões expostas pelo Congemas é uma preocupação muito grande e que deveria merecer a análise tanto da Comissão de Financiamento, como da Comissão de Política do CNAS, para depois ser trazido a Plenário que, por conta da pressa, tudo ter que ser feito até dia 30 de junho, por causa do prazo eleitoral, todas as portarias referentes a empenhos de repasse de recursos de programas de assistência social, projetos, foram feitas do dia 25 até o dia 03 de julho, publicadas no Diário Oficial. Em rápida análise - estou fazendo em detalhes, cada Estado quanto teve, para que programa foi - dessas portarias, verificamos muitas portarias que repassam recursos de programas e projetos diretamente para os Estados, não respeitando o repasse ao Município, já que muitos deles estão nas gestões municipais.

Imagino, Sr. Presidente, que esta situação venha a ser alvo de denúncia, até porque não houve esse repasse.

Gostaria de fazer uma proposta nesse sentido, no CNAS, que se fizesse uma consulta a SEAS e que se tivesse encaminhado para o CNAS a justificativa de tais procedimentos, até porque receberemos no CNAS denúncias dessa situação, de desrespeito ao que está estabelecido na política nacional de assistência social. Sei que vão dizer que foi a pressa, que não chegou plano de trabalho, uma série de coisas, mas creio que temos que ter em mãos respostas efetivas para prestar àqueles que entendem ser o CNAS o último grau de recurso nesta instância, para não sair para o Ministério Público, em relação às questões da Política de Assistência Social.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- A sugestão é fazer consulta à SEAS.

Os demais Conselheiros têm alguma objeção à consulta à SEAS?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Gostaria de fazer das palavras do Charles as minhas, porque essas questões, como a Tânia levantou, fossem para as Comissões para serem estudadas e detalhadas, depois que a SEAS encaminhar o resultado das consultas.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Antes de passar a palavra para a Conselheira Valdete, gostaria de registrar os

Conselheiros presentes. O Conselheiro Sylvio está representando o Conselheiro Gilson, gostaria que constasse na Ata como titular. Estão presentes os Conselheiros João Ilídio, Ângela, Paulo Coury, José Andrade, Eugênio, Marco Aurélio, Valdete, Tânia, Antônio Brito, Maria Tereza, Charles, Dora Cunha Bueno, Eduardo Barbosa, Lea e Carlos Ajur, substituindo o Conselheiro João Batista, da Pastoral. O Conselheiro João Batista está ausente e o Conselheiro Cláudio justificou sua ausência. A Conselheira Valdete justificou a ausência, ontem, à reunião das comissões.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Não foram citados o meu nome e nem o da Aparecida como presentes.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- A Conselheira Fátima e a Conselheira Aparecida Medrado estão presentes. Desculpem-me.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Bom-dia a todos os Conselheiros.

Na realidade, a respeito do Fonseas, uma primeira informação, é que nessa primeira plenária de Recife, do dia 16 de junho, teríamos a realização da eleição da Mesa Diretora do Fonseas, mas dada as circunstâncias apresentadas por mim, como Presidente em exercício, quanto ao que se refere, principalmente, à organização político-jurídico do Fonseas e também devido a ausência de alguns gestores estaduais, cinco gestores estaduais e o nosso fórum é vinte e sete, quer dizer, numa plenária de vinte e

sete a ausência de cinco, com certeza, já tem um significado para que possamos estar realizando a eleição de uma Mesa Diretora.

Chegamos a uma conclusão de que deveríamos transferir a eleição do Fonseas, que será no mês de agosto, no próximo Fonseas na cidade do Rio de Janeiro. Provavelmente será no dia 24 de agosto.

Nesse sentido temos a Carta do Recife que posso proceder a leitura, Sr. Presidente, a qual não é tão extensa quanto a do Congemas e daria para fazer a leitura rapidamente e abrir, se for o caso, para algumas discussões.

Também encontra-se na pasta, nos documentos, fls. 60:

"1 - Que os Estados e a União priorizem a estruturação do sistema de monitoramento e avaliação da Assistência Social, de forma a contribuir no fortalecimento do processo de implantação desta política pública no País". Abrindo um parêntese aqui, na reunião do Fonseas tivemos uma palestra sobre a importância e o papel do monitoramento e avaliação na política de Assistência Social. Julgamos ser essa temática de fundamental importância no sentido de que estamos trazendo estratégias, a fim de que possamos, de fato, implementar a política.

"O Fonseas recomenda, ainda, que se formalize e assegure o co-financiamento desta ação pelas três esferas de governo, na perspectiva da produção de um sistema de monitoramento compartilhado, que contemple a definição de parâmetros comuns de avaliação da política, investindo também na construção de indicadores sociais da Assistência Social, e do sistema de informação da Assistência Social que agreguem dados técnicos-

políticos referentes à identificação dos usuários, à natureza e abrangência das ações desenvolvidas, e à efetividade da política da Assistência Social como um todo”.

Aqui mesmo já temos uma proposta de investirmos na construção dos indicadores sociais, pois até agora temos trabalhado com indicadores sociais, inclusive no que refere a critérios de partilha, levantados pelo IPEA. E indicadores que, na realidade, estão presentes em outras políticas. Nós mesmos, quando efetivamos nosso critério de partilha no Estado do Mato Grosso do Sul, utilizamos esses indicadores, porque não dispomos de indicadores específicos para a Assistência Social. Por isso, precisamos fazer essa discussão.

“2 - Os gestores estaduais da Política de Assistência Social apóiam a SEAS/MPAS pelo seu empenho na liberação dos recursos oriundos das emendas parlamentares coletivas, imprescindíveis ao financiamento dos programas da política de Assistência Social;

3 - O Fonseas recomenda aos Secretários Estaduais a articulação dos parlamentares estaduais na efetivação da frente parlamentar em defesa da Assistência Social, no sentido da defesa da política de Assistência Social, em âmbito nacional.”

Essa também foi uma discussão importante, porque, na medida que temos uma Frente Parlamentar Nacional, é preciso que em cada Estado possa se estabelecer essa frente parlamentar. A grande dificuldade passa pelo Legislativo, até no entendimento do papel da política de Assistência Social.

“4 - O Fonseas manifesta o seu apoio ao Deputado Federal Eduardo Barbosa pela iniciativa legislativa de sua autoria que isenta os

municípios da apresentação da CND para recebimento de recursos federais e estaduais na implantação dos serviços e programas afetos à política da Assistência Social, a exemplo do que é assegurado nas áreas de Saúde e de Educação;

5 - Promoção de debates intergovernamentais para o aprofundamento das diferentes atribuições de cada nível de governo, com ênfase para uma melhor definição das competências da esfera estadual”.

Neste ponto, entendo que comungamos com o Congemas no sentido de que possamos estabelecer de fato quais as competências dos Estados, porque a Lei Orgânica da Assistência Social deixa uma abrangência ampla no que se refere às competências do Estado. A grande dificuldade dos Estados, na realidade, tem sido, desde a elaboração dos critérios de partilha, da passagem de serviços para os Municípios, enfim, são inúmeras as dificuldades dos Estados. Não é somente quanto ao recebimento dos recursos federais, mas sim no que se refere às ações que os Estados têm de desenvolver mesmo.

Discutir é muito importante, pois já há, também, uma intenção do Congemas e podemos pensar em promover um debate. Temos a Conferência no ano que vem e podemos pensar em acrescentar esse assunto como um dos temas.

“6 - Recomenda-se aos Estados que encaminhem junto às Comissões Bipartites as estratégias para a desburocratização das exigências na celebração dos Convênios e demais formas de repasse de recursos, de modo a facilitar o acesso dos municípios ao financiamento de suas ações.

7 - Assegurar junto à SEAS/MPAS a prorrogação o prazo aos Estados, para concluírem a revisão dos Benefícios de Prestação Continuada, até o final de setembro deste ano."

Esses são os itens que a Carta de Recife apresenta.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Sugiro o mesmo encaminhamento e já pedi, inclusive, à Soraya que registrasse também a forma de discutirmos essas cartas na Comissão.

Peço desculpas aos suplentes, pois não os citei. A Sra. Lizair Guarino, Regina Ramos, Humberto Araújo, Simone Albuquerque e o Conselheiro Leovane também estão presentes à nossa reunião.

Conselheiro Carlos Ajur, dê seus informes.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, gostaria de informar a este Conselho da realização do III Congresso Brasileiro de Entidades para Cegos da Federação Brasileira de Entidades de Cegos, realizado entre os dias 25 e 30 passados, na cidade de Salvador.

Esse congresso teve duas partes. Na primeira, foi realizado um curso de qualificação para dirigentes de organizações de cegos na área de política e assistência social e da política para portadores de deficiência.

Contamos com a presença, nesse Congresso, do Presidente em exercício, o Conselheiro Brito, que fez uma brilhante palestra, do Conselheiro João Ilídio, da Conselheira Irmã Tereza e do

Secretário de Ação Política da SEAS, Álvaro Machado, entre outras pessoas de ONGs, assim como de organizações governamentais.

Na segunda parte desse Congresso, realizou-se a Assembléia-Geral da Febec, onde tive a felicidade de ser reeleito para mais um mandato de quatro anos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- O Conselho se congratula com V.Ex^a e com o Febec por ter escolhido Conselheiro de extremo dinamismo e trabalho no nosso Conselho.

Com a palavra a Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Com relação às questões que levantei, tanto o Fonseas como o Congemas levantaram também, não gostaria de deixar passar que a questão do benefício de prestação continuada merece uma atenção maior. Já mencionamos esse ponto neste Conselho e ainda não se deu o peso que merecia. Sistemáticamente em todas as nossas reuniões, o BPC deveria estar em pauta, aliás foi uma decisão tomada quando esteve aqui presente o Superintendente do INSS, na criação do Grupo de Benefício de Prestação Continuada, que poderemos voltar a falar quando tratarmos da questão de financiamento. No entanto, isso não consta da pauta. Não sabemos como está sendo feito, quais são os problemas que estão sendo levantados. Não devemos deixar para fazer uma avaliação da primeira reunião e consertar na segunda. Devemos consertar nesta primeira reunião.

Está havendo ainda incorreções. Talvez estejam se retirando pessoas que não merecem, mas também estão retirando

peças que merecem esses benefícios, como já fomos informados por vários Estados. Por exemplo, no Paraná, isso tem acontecido, onde, inclusive, somos Conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social.

Essa é uma questão extremamente séria, que o Conselho tem que acompanhar sistematicamente.

A minha proposta é que, a partir da próxima reunião, já fique como ponto de pauta a questão da revisão do benefício de prestação continuada, o nível em que estão os desdobramentos, para que o CNAS tome conhecimento e comece a acompanhar.

Com relação ao PETI, quando a ex-Conselheira deste Conselho Nacional de Assistência Social e Assessora da SEAS, Cristina Albuquerque, esteve aqui presente para fazer a apresentação do PETI, fez uma exposição extremamente grande. Lembro-me de que foi uma reunião atribulada. Era uma reunião de fevereiro, uma das últimas reuniões do antigo Conselho, havia muitos assuntos, ela levantou questões, mas não foi votado nada que me lembre. Estive conversando com o Leovane, se não me engano com a Aparecida também, e não me lembro de ter sido votado nada.

TÂNIA MARA GARIB - o Deputado Eduardo Barbosa fez a proposta.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Aprovado ou não, a Cristina Albuquerque falou que levaria imediatamente ao Conanda e traria o que o Conanda definiu.

Li isso na pauta, mas não foi feito. Então, está existindo, por parte do Conanda uma justa pressão - e alguns Conselheiros aprovaram sem estar sabendo o que aprovavam, talvez por falta de atenção. Isso é sinal de que o ponto não foi bem encaminhado.

Não estou querendo livrar ninguém. Estou dizendo que a minha proposta para resolver esse problema é fazer uma reunião conjunta com o Conanda para discutir o PETI, já que é um programa que tem sido importante e várias entidades subscreveram documento que criticam alguns posicionamentos do CNAS. Creio que essas questões deveriam ser discutidas.

Além do que decidimos fazer discussões intersetoriais. Penso que já começamos com uma questão que está na Ordem do Dia.

Seriam esses, então, os dois informes. Se o Conselheiro me permitir, tenho um terceiro informe. Foi uma reunião que aconteceu em Ji-Paraná com mulheres e entidades de mulheres - existiam bastantes entidades de mulheres.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- A Conselheira foi representando o CNAS.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Tive a honra de ir representando o CNAS e foi muito gratificante para mim. As mulheres presentes, índias, brancas, negras etc., na sua grande maioria, formavam a nossa população-alvo e foi muito interessante a discussão realizada, em que as questões mais pendentes eram as questões do Fundo, as questões de como os Municípios estariam se

preparando para a filantropia, a própria questão da filantropia, essas modificações no decreto, e a Política Nacional de Assistência Social. Enfim, foi muito proveitoso. Várias entidades nos procuraram e as visitamos.

Creio que foi extremamente importante para que o Conselho tenha uma integração maior com a área fim.

Seriam esses os informes. Agradeço a todos por me ouvirem.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Agradeço a Conselheira Fátima.

Vamos iniciar a discussão das Comissões. Mudamos, como disse no início, nos informes da Presidência, a metodologia de trabalho. Ontem, criamos, na reunião da Presidência Ampliada, uma forma de fazer os temas comuns e os específicos, sendo que vamos dar início aos temas específicos com essa condensação que foi feita hoje, pela manhã, com referência a toda temática que foi introduzida na pauta das Comissões.

Trataremos do primeiro tema, e, a partir daí, abriremos o debate. Trataremos do segundo tema, falaremos sobre ele; do terceiro tema; do quarto tema; e, do quinto tema. A partir daí, passarei a palavra para as Comissões de Políticas, de Financiamento e de Normas, como está na pauta, para discussão das Comissões.

Com referência ao primeiro tema, comum às Comissões temáticas, houve uma situação exposta na reunião com relação à definição de temas a serem incluídos nas pautas de reuniões.

O tema comum a duas Comissões foi o de intersectorialidade. Condensamos esse tema incluindo a saúde, a educação e o Codefat, para que, depois, possamos ir aos Conselhos da Assistência Social. Primeiro, queríamos fazer - foi a proposta feita - um painel, que seria no dia 21 de agosto, às 09 horas, aqui mesmo, onde teremos a presença dos Presidentes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Educação e do Codefat. Escolhemos esses quatro apenas porque teríamos uma hora de debate, cujo enfoque seria voltado para a intersectorialidade. Iremos discutir com o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Educação e o Codefat, como entendem essa intersecção com o Conselho da Assistência Social.

A partir daí, partiríamos para o Conselho da Mulher, Conanda, Conade. Enfim, começaríamos com essa intersectorialidade com os três Conselhos das políticas setoriais para depois entrar nesses Conselhos que a Conselheira Fátima citou. Foi tema comum em todas as Comissões essa necessidade de inter-relação do CNAS com os outros Conselhos.

A proposta é: dia 21/08, às 09 horas, cada convidado teria quinze minutos para falar do que o Conselho está fazendo e como entende essa inter-relação. Teríamos trinta minutos para debater com eles, logo no início da reunião, após os informes. Começaríamos, assim, com as comissões, se eles pudessem continuar, melhor, porque poderiam trabalhar conosco nessa manhã.

A primeira proposta é essa.

Vou ler primeiro o tema, para depois ouvirmos as contribuições.

As Oscips foi outro tema comum da Comissão de Políticas e da Comissão de Normas.

O Codefat - Comissão de Normas.

Qualificação das Entidades Filantrópicas - Comissão de Normas.

Papel e atuação dos Conselhos Municipais ao Controle Social e na Inscrição de Entidades - Comissão de Normas.

Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um tema extremamente atual, foi uma proposta muito boa da Comissão de Financiamento.

Fundo de Combate à Pobreza - Comissão de Financiamento.

Critérios de Repartição de Recursos - Comissão de Financiamento.

PPA/LDO/Orçamento - Comissão de Financiamento.

A Assistência Social dentro do Orçamento da Seguridade Social - Comissão de Financiamento. A proposta da Conselheira Fátima também consta aqui.

PETI/BPC - Comissão de Financiamento.

Gostaria de deixar claro que temos somente cinco reuniões: a de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Portanto, destes onze temas propostos, somente poderemos elencar cinco temas, porque em cada reunião tem um tema. Os temas comuns estão aí. Abro com o primeiro sobre essa sugestão da intersectorialidade. Essa é uma sugestão nossa, por ter aparecido em duas Comissões e, na ordem, incluímos as Oscips. Se houver alguma sugestão diferente, abrirei para a plenária, a fim de que possamos discutir esse tema.

PAULO BIANCARDI COURY - Sou da Comissão de Normas e participei, ontem, da discussão. Com as Oscips poderíamos incluir Comunidade Solidária/Oscip, pois, desta forma, teríamos uma abrangência maior, porque foi na Comunidade Solidária que surgiu essa movimentação sobre terceiro setor. Talvez fosse interessante, nesse dia, ser um pouco mais abrangente.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Inclusive Conselheiro, o senhor será o responsável por encaminhar a pessoa que falará sobre as Oscips.

PAULO BIANCARDI COURY - Com o maior prazer.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Entendo que poderemos unificar as duas e chamar de Comunidade Ativa.

PAULO BIANCARDI COURY - A Comunidade Solidária ainda existe, a Comunidade Ativa é um programa dela e a Oscip é outro. Dessa forma, teremos um painel muito interessante sobre esse setor.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Concedo a palavra à Conselheira Dora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Estou de pleno acordo. Mas estamos querendo saber, com relação ao tema Oscip, como funciona?

Qual sua legislação? Como ela está fundamentada? Teria que ter uma parte bem específica sobre isso, não desmerecendo a outra, porque o assunto deveria ser desvinculado do Comunidade Solidária. Gostaria de ver abordada a legislação de Oscip, como é o Certificado de Entidade Filantrópica, e depois, num segundo momento, a apresentação do Comunidade Solidária e do Comunidade Ativa.

PAULO BIANCARDI COURY - Concordo plenamente.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Com a palavra a Conselheira Valdete.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Creio que essa discussão da intersectorialidade é prioritária, inclusive, fazendo uma discussão, principalmente, com os programas que temos de financiamento hoje, que são os serviços do SAC.

Tivemos uma experiência agora, que poderemos dizer até dolorosa, com relação a essa portaria. Se tivéssemos, aqui no CNAS, feito uma discussão mais abrangente sobre a intersectorialidade, com certeza, teríamos subsídios para propor à própria SEAS uma forma de encaminhar esse assunto das modalidades de atendimento.

Acho interessante discutir a questão da intersectorialidade, principalmente com os Conselhos de Educação, de Saúde e o Conanda. São Conselhos deliberativos que estão tratando dessas políticas também. Se levarmos em consideração o

art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social que diz: "A Assistência Social se realiza em conjunto com as políticas setoriais", esse assunto deve ser priorizado nas Comissões pelo financiamento, pelas propostas.

Já que temos de escolher cinco temas, conforme informou o Presidente, até dezembro, entendo que esses Conselhos devem ser priorizados.

São vários temas. Estava me lembrando. Numa época, o Conanda começou a discutir, junto com o CNAS, intersectorialidade específica da política da criança e do adolescente. Também o Conade agora quer fazer essa discussão. Por isso já deve haver uma proposta das Comissões para a próxima reunião, a fim de encaminhar esse assunto.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Antes de passar para o Conselheiro Eduardo, gostaria de frisar que a Conselheira Valdete abriu margem à seguinte situação: apenas elencamos o que foi discutido nas Comissões e propusemos a primeira reunião. Não dá para abrimos para a plenária para discutir qual será o primeiro, o segundo ou o terceiro. A minha sugestão é que confirmemos o primeiro tema, como a Conselheira disse, a intersectorialidade e, a partir daí, passemos para as Comissões com a proposta já discutida e condensada de todas elas, a fim de que venha a proposta dos cinco temas, porque senão iremos discutir o tempo inteiro e não chegaremos aos cinco temas numa reunião como esta.

Já temos os onze temas elencados, inclusive quem encaminhou a qual Comissão. Temos o primeiro tema que é intersetorialidade. Temos essa sugestão de condensação com os Conselhos, o Conanda, o Conade, e vamos para as Comissões. Citamos os cinco primeiro, fazemos a fusão, trazendo na próxima reunião os cinco temas das reuniões de setembro, outubro, novembro e dezembro.

Concedo a palavra ao Conselheiro Eduardo.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Não sei se falo agora ou não, porque a Comissão de Políticas, na sua hora de falar, irá tratar de alguns desses assuntos.

Vou aproveitar - peço permissão, Tânia - e falar quanto à questão das Oscips. Fica como informe.

Tivemos o nosso II Seminário da Frente Parlamentar de Assistência Social e, na realidade, foi um seminário de grande qualidade técnica. Os Conselheiros que lá puderam ficar durante toda a discussão podem testemunhar a respeito do seminário, afirmando que foi muito positivo.

Tivemos a presença, inclusive, do Ministério da Justiça e do Comunidade Solidária na discussão da Oscip. Momento, inclusive, dentro do seminário, de grande debate. Foi rico.

Vejo, por isso, como oportuno o CNAS abrir esse espaço. Estava presente o Presidente do CNAS, que, naquele momento, pronunciou-se publicamente na tentativa de trazer essa discussão aqui para dentro.

O mais importante é que, dentro do seminário, saiu uma deliberação para criarmos imediatamente um grupo de trabalho com a Frente Parlamentar e o CNAS, com a participação da sociedade civil, que estava lá presente, que tem interesse grande no entendimento da legislação, para tentarmos aprofundá-la, inclusive com o trabalho de proposição de mudanças da legislação, tanto no que se refere à certificação emitida pelo CNAS como na própria Oscips.

Creio que isso será um trabalho preliminar ao grupo de trabalho que deveremos estar aprovando aqui, quando a Comissão de Política fizer, no sentido de estar envolvendo, essa discussão para a proposição, inclusive, de mudanças na lei.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Fica aprovada a intersetorialidade como primeiro tema e os outros temas serão propostos na próxima reunião, partindo das Comissões.

O segundo tema: avaliação do papel dos GTs em relação às Comissões. Por que esse tema partiu para as Comissões conjuntas? Porque havia uma grande questão da real viabilidade do trabalho que os GTs estão fazendo.

Temos, hoje, quatro GTs, que são: o GT de Benefício; o GT de Capacitação; o de Critério de Partilha; e, o de Regimento Interno. Respectivamente: BPC, Conselheiro Carlos Ajur; Conselheira Lea, estamos aguardando a Conselheira indicar alguém da Comissão de Financiamento; Capacitação, Conselheira Fátima, Conselheira Tânia, Conselheira Cida/Leovane, porque na falta de um o outro vem, já foi definição da Comissão de Normas; Critério de Partilha, Conselheira Ângela, Conselheira Fátima e Conselheira

Tânia; Regimento Interno, Conselheira Fátima, Conselheira Dora e Conselheira Tânia.

O que é que está sendo proposto para a discussão? Qual é a eficácia efetiva desses grupos de trabalho? Qual é a sua autonomia? Como podem contribuir com as Comissões? Tivemos uma contribuição efetiva da Comissão de Financiamento ontem, que constou neste material, no sentido de critérios para atuação do grupo de trabalho e a transcrevemos nesse documento que está com os senhores, que é, primeiro, o grupo de trabalho ter prazo para duração, quer dizer, o grupo de trabalho ter um prazo definido; segundo, o grupo de trabalho ter a viabilização da operacionalização do grupo, porque às vezes o grupo tem e a pessoa não pode vir e como isso se compõe; e, o terceiro, encaminhar relatório às coordenações do Conselho, periodicamente .

Essas foram as sugestões da Comissão de Financiamento. Julgamos pertinente incluí-las como alguns critérios para atuação do grupo e trouxemos essa discussão, para ver se alguns dos Conselheiros quer tecer algum comentário - os comentários vindos das Comissões.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Não fizemos um trabalho aprofundado em relação ao grupo de trabalho, mas recebemos também, no dia da reunião da Comissão de Normas, o trabalho encaminhado quanto à parte da capacitação dos conselheiros municipais e estaduais do CNAS.

Achamos por bem fazer uma análise mais aprofundada, indicando a Conselheira Maria Aparecida Machado e o Conselheiro

Leovane. Até o dia 21 de agosto traremos novas sugestões, pois é um trabalho muito bom, mas que necessita de algum aprofundamento, inclusive na parte da legislação, uma vez que se trata da apresentação de prazos já determinados pelo grupo de trabalho, questão da placa. Creio ser muito apressado e um enfoque muito sério trazer um prazo já determinado, 13 de junho de 2000.

Precisamos fazer uma análise mais profunda de alguns enfoques.

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, em função do que disse a Irmã Maria Tereza e até para conhecimento dos Conselheiros, penso que é importante fazer um breve relato de como está cada grupo de trabalho desse, mesmo para os antigos Conselheiros.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Sugiro, Conselheira Tânia, que a senhora já fale sobre o tema Regimento Interno... Aliás, a senhora está em todos.

TÂNIA MARA GARIB - Só não estou no BPC.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Então, faça um relato dos três primeiros.

TÂNIA MARA GARIB - Creio que podemos explicitar todas essas questões. Quanto à questão do grupo de trabalho do BPC, anteriormente, os Conselheiros acompanhavam as reuniões que a SEAS realizava nesse sentido, mas, como foi discutido, ontem, na

Comissão de Política, muitas vezes o acompanhamento dessa reunião de trabalho da SEAS não significa, efetivamente, um grupo de trabalho para análise específica das questões que são responsabilidade do Conselho Nacional, que é a questão do controle social, e muito dirigido ao que a colega Fátima expôs anteriormente no seu informe.

Esse grupo, efetivamente, precisa ser reativado. Estamos num momento importantíssimo em relação a isso. No entanto, precisa, no momento em que se traçam suas tarefas, que é o que dissemos na Comissão de Política, ficar claro o seu papel.

Em relação ao grupo de trabalho de capacitação, não nos reunimos a partir da penúltima reunião do CNAS, mas tínhamos encaminhamentos daquela reunião, que foram falados na última reunião do CNAS em relação à capacitação dos conselheiros nacionais e em relação à capacitação do laboratório experimental da Região Nordeste, em Fortaleza.

O que tínhamos exposto aqui é que solicitamos ao Presidente do CNAS que nos cedesse uma assessoria ou buscasse, junto a SEAS, um técnico que pudesse, de forma permanente, atuar no Conselho Nacional, captando textos, elaborando apostilas, consultando especialistas que estão fora do âmbito da SEAS e do CNAS, de forma a compilar materiais importantes para a capacitação.

A programação da capacitação dos conselheiros nacionais estava prevista para amanhã, aqui, mas, em função de já terem sido divulgados a data e o chamamento para a reunião da Comissão Tripartite, onde praticamente quatro pessoas, que deveriam estar

nessa capacitação, estariam na reunião da Tripartite, Conselheira Valdete, Conselheiro Marco Aurélio, eu e um conferencista, que seria o Dr. Álvaro, foi feita uma consulta prévia a alguns Conselheiros, onde dois ou três Conselheiros não poderiam permanecer aqui amanhã e achamos por bem sugerir à Presidência que essa capacitação dos conselheiros nacionais ficasse para o dia seguinte da reunião de agosto, ou seja, no dia 23, inclusive, também, servindo isso para nos aprimorarmos, fazendo a capacitação em Fortaleza, no dia 31 e dia 1º.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- A pauta da capacitação vai antes para os Conselheiros?

TÂNIA MARA GARIB - Com certeza. A pauta da capacitação está aí, está definindo pessoas, porque se fosse no mês de julho provavelmente não poderíamos contar com conferencistas ilustres, que estariam de férias, pessoas da universidade, da UnB e de outros locais e, sendo em agosto, teremos essa oportunidade, porque as pessoas estão retornando para as suas atividades.

Em relação à capacitação de Fortaleza, para a Região Nordeste I, seria do Rio Grande do Norte até o Maranhão, temos que tomar algumas providências, enviar ofício circular aos Conselhos Estaduais da região e fazermos as confirmações necessárias.

Creio que um grande mérito que se teve na organização dessa capacitação foi o trabalho das Comissões de Política, de Normas e de Financiamentos que compilaram, até de uma forma

bastante rápida, documentos importantes para compor o material de capacitação. Quer dizer, todas as Comissões se envolveram, fazendo o material para a capacitação e apontando os maiores entraves que temos a serem vencidos na área de atuação do Conselho Nacional.

Em relação ao GT de Critério de Partilha, ele atuou até a Resolução nº 339, que foi aprovada no Conselho em dezembro; depois não teve nenhuma atividade neste período e, como a própria Resolução nº 339 traz, em um dos seus artigos, que até o primeiro semestre de 2000 a SEAS deve encaminhar ao Conselho Nacional os novos critérios ou a nova proposição de repartição de recursos para o ano de 2001, a SEAS encaminhou esse documento no dia 04 de junho para o CNAS, que foi lido e distribuído para os Conselheiros na reunião passada, em junho, no intuito de, nesta reunião, se poder discutir algo nesse sentido, considerando essa questão do Orçamento de 2001, prazo de entrega da proposta orçamentária etc.

O Grupo de Critério de Partilha não se reuniu para isso, até porque pedimos, na reunião passada, que os Conselheiros lessem o documento e encaminhassem sugestões. Não recebemos nenhuma sugestão. Sei que esse assunto foi discutido nas Comissões, ontem, e as Comissões têm alguns encaminhamentos nesse sentido.

Com relação a Regimento Interno, parece-me que essa Comissão de Regimento Interno está parada há mais de seis meses. Era importante rever a questão do GT de Regimento Interno, se porventura novos grupos foram formados, mas sempre com os encaminhamentos feitos pela Comissão de Financiamento.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Agradeço a Conselheira Tânia por esse passeio nos grupos de trabalho. Gostaria de passar a palavra para a Conselheira Dora, e a Conselheira Simone gostaria, também, de dar um palavra.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, só queria sugerir que, imediatamente, amanhã, a Secretaria Executiva providencie a informação para os Conselheiros titulares e suplentes, que marquem na sua agenda dia 23 de agosto, para não acontecer como neste mês e que possamos, realmente, ter todos os Conselheiros, tanto titulares como suplentes, aqui presentes, porque é uma reunião de muita importância.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- O registro da Conselheira Dora é importante porque a maioria dos Conselheiros estão presentes, inclusive suplente. Dia 23 será a capacitação, mas mandaremos documento oficial.

Concedo a palavra à Conselheira Simone.

SIMONE A. ALBUQUERQUE - Queria uma informação. Gostaria de saber se a participação de todos os Conselheiros está garantida na capacitação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Não avaliamos isso ainda.

SIMONE A. ALBUQUERQUE - Gostaria que se discutisse isso.

Obrigada.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Além de concordar com a Simone, penso ser conveniente que todos os Conselheiros estivessem presentes, mesmo porque, como os Conselheiros suplentes estão tendo um papel destacado neste Conselho atualmente e como eles muitas vezes deverão responder pelos titulares, é importante que tenham essa capacidade de responder à altura quando assim for necessário.

É muito importante que eles participem.

Gostaria de falar ainda sobre os grupos, sobre os quais a Comissão de Financiamento fez esse passeio. A Conselheira Tânia citou o BPC que é muito importante, mas que não teve nenhuma condição de operacionalização. Na realidade, somente a Irmã Tereza acompanhou as reuniões da SEAS. O GT não teve nenhuma condição de operacionalização. Por isso, creio que, ao definir os grupos, terão que definir muito claramente a operacionalização.

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, em relação à indagação da Conselheira Simone, recordo-me que, na reunião passada, esse assunto veio à tona e inclusive alguns Conselheiros se propuseram a garantir as suas passagens para que o CNAS pudesse garantir a passagem dos suplentes.

Gostaria que fosse revisto isso na questão da Ata e qual foi a deliberação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Não houve deliberação. Ficou de haver uma consulta à questão financeira. Lembro-me disso da reunião passada. Farei o que está me pedindo e até o final da reunião daremos uma notícia aos suplentes.

SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR - Sr. Presidente, peço permissão para me retirar durante alguns minutos, porque fui chamado à Secretaria Executiva, em razão do trabalho, e voltarei assim que tiver terminado.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Com referência, portanto, ao papel dos GTs iremos discutir, mais uma vez, nas Comissões, mas levando o encaminhamento da Comissão de Financiamento para que os GTs passem a ter prazo de duração, viabilização de operacionalização do grupo e encaminhamento de relatórios às coordenações periodicamente.

Item 3 - Composição da III Conferência.

Já estamos trabalhando na III Conferência. Será nos dias 25, 26, 27 e 28 de setembro. Já foi contatado o Centro de Convenções e já está tudo, mais ou menos, organizado. Esse grupo foi fechado pelas Comissões. Já estamos trabalhando na conferência do ano que vem, 2001. É importante citar isso. Por que com tanta antecedência? Porque tivemos uma grande surpresa com o adiamento da reunião de Salvador. Esperávamos 400 ou 500 pessoas e foram 1.200. Sabemos que a participação será muito grande e queremos que haja um máximo de organização, até porque

queremos uma participação efetiva do Conselho Nacional nas conferências municipais e estaduais, que surgirão para o ano. Por isso, devemos trabalhar esse grupo com antecipação, para que possamos estar preparados para as demandas estaduais e municipais.

O grupo fechado, todas as comissões concordaram com as sugestões. Gostaria apenas de ler a composição da Terceira Conferência: A Presidência e a Vice-Presidência na Coordenação dos Conselheiros, que oscilará. Os senhores estão vendo no documento que existem dois Conselheiros de cada Comissão para, caso um não possa comparecer, o outro vir em seguida.

Comissão de Financiamento: Conselheira Fátima e o Conselheiro Gilson. Temos os nomes e não precisamos explicitar todo o currículo desses nomes e o porquê da escolha deles, mas são pessoas que têm uma história, um trabalho e, obviamente, suas representações também os têm;

Comissão de Normas: Conselheira Aparecida Medrado e Conselheiro Paulo Coury;

Comissão de Política: Conselheira Léa e Conselheira Tânia Garib.

Essa é a parte dos Conselheiros. Dividimos. O Secretário-Executivo coordenará o grupo de funcionários da Casa. Neste grupo também vem indicada a coordenação.

Coordenação de Política: Conselheira Dora, que é a Coordenadora de Política e a Daniele, em caso de algum impedimento ou até mesmo na reunião;

Coordenação de Normas: Conselheiro Ranieri e a Luiza;

Coordenação de Financiamento: a Mercês e o Rui;

Comunicação Social: a Soraya e o Júnior, e

Apoio Administrativo: A Isis e a Vera.

Também fizemos um grupo, pelo qual teremos toda a inter-relação com o Ministério, para que esse grupo possa trabalhar o mais eficientemente possível no sentido de ter suas deliberações rapidamente contactadas com o Ministério. Muitas vezes, em reuniões, temos que consultar o Ministério e a Secretaria. Portanto, falamos com o Álvaro e pedimos que mandasse pessoas para esse grupo que pudessem, mais ou menos, ter um desdobramento da própria Secretaria. Por isso, ficou:

Coordenação de Serviços Gerais/MPAS: a Célia;

Assessoria de Comunicação: a Regina;

Secretaria de Estado e Assistência Social: a Carmen e a Marlete. Também na SEAS o Marcelo Garcia e o Wadel Clarimundo Gonçalves.

Essa composição será publicada em *Diário Oficial* a partir da aprovação das Comissões e do Plenário, e começaremos a trabalhar. A partir de hoje traremos, desse grupo de trabalho que será criado, as informações dentro dos critérios já estabelecidos com prazo de duração e com relatórios.

Conselheira Dora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, apenas por ser um pouco detalhista, entendo que deveriam constar os nomes completos dessas pessoas que acompanham esses grupos, porque isso circula na mão de pessoas que não estão diariamente no Conselho e,

de repente, querem fazer alguma intervenção ou conversar com alguém e, por isso, tendo o nome completo torna-se mais fácil.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Concordo e, inclusive Conselheira, após publicação no *Diário Oficial*, iremos mandar oficialmente para todos, a fim de que se tenha a relação dos Conselheiros.

Conselheira Simone.

SIMONE A. ALBUQUERQUE - Gostaria de fazer uma sugestão, ou seja, que esse grupo já trouxesse na plenária de outubro ou, no máximo, de novembro as datas prováveis das etapas municipais e estaduais. É importante, pois no ano que vem haverá mudança dos governos municipais e os Conselhos Municipais devem estar preparados, porque, no ano que vem, temos que realizar etapas municipais e estaduais.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Perfeito, já entra como sugestão ao grupo de trabalho. Inclusive, Conselheira, iremos solicitar que esse grupo apresente o cronograma e o seu plano de ação com referência a essa Conferência, porque vai ter que se discutir orçamento, recurso, disponibilidade de recurso e como é que iremos, efetivamente, participar. A discussão da conferência não se dará nela propriamente dita, mas nesse inter-relacionamento com os Estados e Municípios.

Com referência ao item 4 - Apresentação da minuta do informativo - irei passar a Presidência ao nosso Presidente.
(Pausa.)

Vamos concluir os dois temas comuns. A apresentação da minuta do informativo. Isso também foi uma solicitação feita pela sociedade civil - eu a estou citando porque foi um dos exemplos - e, mais, que se reativasse esse informativo. Dessa solicitação foi designado o Conselheiro Charles para tratar do assunto. O informativo passou pelo seu crivo? Antes de passar para a contribuição da Comissão de Normas e de Financiamento, gostaria que o Conselheiro Charles fizesse uma exposição geral sobre o assunto.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Essa questão foi delegada a mim e tivemos uma reunião com a Soraya e com o Ranieri, onde definimos a estrutura e a organização do boletim. É um duplo ofício, não sei como está a redação final agora, porque a estrutura que montamos foi uma página inicial com os chamamentos, a segunda página seria o editorial e, nesse primeiro momento, a composição do CNAS. Isso na primeira metade da segunda página. Na segunda metade dessa página entraríamos com os informes de cada uma das Comissões, valendo isso para a terceira página. Na verdade, seriam quatro páginas. A segunda página dividida, na parte superior, com editorial e a composição do CNAS. Na segunda metade da página seriam os informativos da Comissão. Não definimos qual seria a primeira Comissão.

A terceira página também está dividida em dois informes da Comissão. Na quarta página, que é a contracapa, trabalharíamos a proposta que foi fechada no sentido de que acrescentemos a questão da agenda de informações, abrindo um espaço, em cada

boletim, para um tema. Seria a forma que apresentaríamos, num parágrafo, com um pouco do enfoque. Pensamos, para ser o primeiro, o Decreto nº 2.536. Fariamos uma introdução sobre o tema do decreto e lançaríamos questões para provocar, a fim de que as pessoas contribuam com o processo. Portanto, existirão momentos, dentro do boletim, que estaremos lançando algumas questões a fim de chamar as pessoas a contribuírem e estreitarem mais a relação, principalmente, com os conselhos estaduais e municipais.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Esse primeiro boletim foi distribuído. A nossa idéia é que, uma vez aprovado, com as sugestões da Comissão de Normas e de Financiamentos passamos imediatamente para essa revitalização do boletim informativo.

Comissão de Normas. Irmã Tereza, dê as suas sugestões.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Fizemos várias correções, iniciando pela apresentação. A questão do português: "Não percam", porque se trata de instituições. Logo em seguida no editorial. Dentro do boletim editorial, fizemos também a correção da expressão do decreto, escrito: Decreto 3.504, que dispõe sobre a renovação e concessão do certificado.

Quanto à sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, sugerimos que apresente a identificação das entidades que também estarão, por exemplo, SDS, a Associação Nacional do Sindicato Social-Democratas, com a sigla correta.

Quanto à alteração do Decreto nº 2.536, apresentamos um substitutivo quanto à redação, inclusive foi distribuído aos Conselheiros. Não sei se poderia ler agora ou como ficaria. Apresentamos um substitutivo completo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Não, podemos fazer no informe do decreto.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - No informe depois.

Pedimos a inclusão da parte dos prazos de uma maneira mais didática, com uma visualização melhor, sem muitas conversas, por meio de uma chamada mais didática.

Também a questão dos endereços, do CEP. Falta o DDD e tudo mais.

A questão do endereço eletrônico mais correto.

Quanto à questão do Plano Plurianual e Orçamento, solicitamos a inclusão do Programa de Renda Mínima.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Essas sugestões foram encaminhadas ao Ranieri, que as passará em uma reunião fechada, juntamente com o boletim.

Concedo a palavra à Conselheira Tânia antes de passá-la à Conselheira Fátima

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, penso que o que deva ser aprovado aqui nesta reunião é o esboço de como deve ser feito, que deva ter - e, neste caso, até sugiro que seja o

Conselheiro Charles - alguém que capitalize todas as sugestões, todas as informações, porque não é possível, numa reunião de Conselho, apresentarmos os arranjos e os acertos, alguns de digitação, outros de concordância.

A minha proposta é que sejam aprovados os itens que comporão o boletim e designada a responsabilidade de alguém para consolidar todos esses aspectos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Antes de passar para o Conselheiro Charles, queria endossar a sua proposta com uma proposta adicional. Que aprovemos hoje o boletim, aprovemos o boneco do boletim e aprovemos o Conselho Editorial, porque a partir daí teremos o Conselheiro Charles e um Conselho Editorial e não teremos mais que trazer o boletim nesse sentido de discussão. Passaremos apenas para a Comissão a correção e o boletim será encaminhado.

É apenas uma sugestão que façamos um Conselho Editorial.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Inclusive, tínhamos pensado como dinâmica do processo que esses informes das Comissões seriam feitos pelas coordenações executivas para repassar às coordenações e aos Conselheiros, para que aprovem antes da impressão.

A idéia foi nessa dinâmica. O texto dos informes das Comissões seria elaborado pela Coordenação Executiva, que repassaria à coordenação do Conselho, aprovaria e repassaria, até para agilizar esse processo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - A minha sugestão seria a Presidência do Conselho Nacional, o Conselheiro Charles e as três coordenações de Comissão. Fecharia sempre com o Conselheiro Charles e passaria sempre pela Tânia, pela Irmã Tereza e pela Fátima.

Essa seria a proposta, para não ficar um Conselho Editorial muito grande. Seria o Conselheiro Charles, como responsável pelo informativo, as três coordenações e a Presidência. Obviamente terá o apoio da Secretaria-Executiva e do corpo do Conselho, mas, no que concerne ao Conselho Editorial, entendo que o Conselho Nacional é que deve ser o Conselho Editorial.

Com a palavra a Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Em primeiro lugar, queria louvar a iniciativa desse boletim informativo. Creio que sempre foi algo que o CNAS discutia, que deveria ter, mas nunca foi criado.

Penso que tirar uma pessoa que fique responsável mesmo por esse boletim é fundamental. Concordo que seja o Charles, pois tem todo o perfil para isso, e concordo com os outros encaminhamentos dados. A única questão é esta: que as Comissões tragam as questões que acham de conteúdo que devam sair no boletim. Todas as outras questões ficam a critério do Charles.

Neste ponto, vou tocar no assunto para não voltar a falar nisso novamente, creio que deveríamos levantar a questão da

doação dos computadores. O Ministério da Previdência e outros ministérios estão doando computadores mais antigos. Existem muitas entidades que necessitam de computadores, muitos Conselhos Municipais e Estaduais. Talvez essa fosse uma questão a ser levantada.

Ademais a questão que a Irmã Tereza já levantou do endereço eletrônico do CNAS, porque discutimos e achamos que, nesse primeiro momento, não valeria ser só eletrônico, porque havia muitos Municípios que não tinham e não têm a cultura de ler o Boletim. Penso que primeiro devemos encaminhar assim e progressivamente vermos a possibilidade de, cada vez mais, transformar a questão eletrônica.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Mais uma vez aponto a proposição: o Conselheiro Charles ficando como responsável...

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Queria deixar definido, também, a população que vai receber isso, quando e como ele vai ser e para quem será entregue e enviado, porque acho muito importante que esse boletim seja encaminhado às entidades que têm Certificado de Fins Filantrópicos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Há esse cadastro. É só transformá-lo em mala direta.

Vamos colocar em votação, primeiro, o Boletim Administrativo e, em segundo lugar, o Conselho Editorial. O Conselheiro Charles ficará como responsável.

Os Conselheiros que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovados o Boletim e o Conselho Editorial.

Antes de passar para outro item, gostaria de passar a palavra à Conselheira Eurídice, que me pediu para dar um informe.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Ainda é muito prematuro, mas há um novo programa na Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República. É um programa que visa dar efetividade e coordenação às ações sociais. Portanto, vou estar lá nesse programa trabalhando por seis meses e, até o dia 21, os Ministérios que atuam na área social estão se fazendo representar, mas, como sou de dois Conselhos, do Conanda e do CNAS, estou informando aos senhores porque o objetivo é traçar ações.

O programa inclui como ações prioritárias alguns municípios do Estado de São Paulo e vão ser coordenadas as ações sociais para dar mais efetividade e implementar ações.

Estamos aceitando sugestões que possam ser feitas.

O terceiro setor será um segmento cujo alcance e cuja participação está sendo enfatizada por esse novo grupo de estudos e trabalho. Então queria deixar claro para os senhores que sugestões de efetividade, de integração de políticas podem ser encaminhadas.

MARIA APARECIDA MEDRADO - Onde é, Eurídice?

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - É no Gabinete de Segurança Institucional, antigo Gabinete Militar da Presidência da República, e essa ação vai ser desenvolvida pela Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais. É um comitê montado só para direcionar corretamente. Terá Gabinete Civil, Secretaria de Segurança Institucionais, todos os Ministérios. Está sendo montado um comitê executivo.

Enquanto essa ação não tem endereço, não tem tudo mais sistematizado, as sugestões que estamos colhendo e as primeiras ações desencadeadas em São Paulo até agosto estarão chegando. A partir de agosto, vamos começar a definir a implementação das ações.

A minha sugestão é que se encaminhe para o CNAS e para o Conanda, que os senhores levem isso para outros conselhos também, que se encaminhe para os conselhos específicos e que os conselhos encaminhem sugestões para esse setor da Presidência da República.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Queria fazer uma sugestão. Que pudéssemos receber isso por escrito, o que é, como é, para podermos opinar.

Pergunto: como é que fica o Comunidade Ativa, que, mais ou menos, é a mesma coisa?

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Ao contrário, Comunidade Ativa é parte. Não há nenhuma proposta conflitante com o Comunidade Ativa. São ações que estão sendo tratadas dentro da

Secretaria de Segurança Institucional. Isso vai implementar esse novo programa de segurança, que inclui o José Gregori. O José Gregori vai coordenar e a Secretaria de Segurança Institucional é um dos braços da implementação do programa.

O que está sendo feito? Coordenam-se várias ações de vários ministérios, faz-se um programa de trabalho, que começará por São Paulo.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Qual é o objetivo maior dele?

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Fazer com que as políticas sociais desenhadas e os programas tenham verdadeira efetividade, que não fique o esforço disperso.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Mas os programas de nível federal, estadual ou municipal?

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Os programas são desenvolvidos nacionalmente, mas são implementados nos Estados e nos Municípios.

Para quem já tomou conhecimento é a ampliação do que se fez no Entorno de Brasília.

TÂNIA MARA GARIB - Estou tentando entender.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - O que foi feito foi uma ação entre a Wanda e o José Gregori juntamente com o General Cardoso. No desmembramento das atribuições do Ministério da Justiça, estão estudando aonde vão alguns órgãos que estão no Ministério da Justiça.

O que aconteceu foi que, na semana retrasada, assinamos um protocolo de convênio com a Secretaria de Assistência Social. O Ministro José Gregori tem uma Secretaria de Direitos Humanos e foi feito um programa no Entorno que abrange a área de assistência social, que é o Agente Jovem, o NAF. A Wanda vai falar sobre isso hoje à tarde. É um programa de prevenção que foi escolhido dentro daquele IDH 12, como estão chamando.

Até onde sei é isso.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Estou retornando das férias, por isso esqueci o nome da institucionalidade. Só queria anunciar para os senhores que é o Programa de Segurança Nacional e está dentro do Programa de Combate à Violência. Existem cento e vinte e quatro ações. Dentro dessas ações, elencamos algumas que têm um componente. Nós, vou dizer quem somos nós, pois sou apenas uma colaboradora desse grupo, elencamos vinte e quatro ações dentro desse programa, que é formado por cento e vinte e quatro ações, que têm um componente fortemente social, de prevenção, de combate etc. Como iremos atuar nessas vinte e quatro ações? Integrando ações desenvolvidas pelos vários ministérios, inclusive o Ministério da Fazenda, que não é um ministério eminentemente social, mas está lá com um braço.

Elas serão implementadas. São programas de governo que já estão desenhados e serão aprimorados e otimizados com a utilização do recurso. Chega-se ao município e, muitas vezes, os prefeitos não sabem que o recurso existe, não sabem onde está, não sabem como implementá-lo. Um segmento social tem condições de aplicar o recurso e o outro não. Enfim, é uma priorização dessas questões.

Como se implementará? Os programas já existem.

Agora, como a sociedade civil será convidada a participar muito mais ativamente, a sugerir, quis anunciar para os senhores. Até o dia 12 de agosto os Ministérios irão encaminhar as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito dos Ministérios e os programas. Para que se trabalhe essa questão melhor, ocorreu-me de sugerir aos Conselhos, anunciar um pouco isso aos Conselheiros, para que encaminhem sugestões de ações a serem implementadas, otimizando as ações que podem ser apreciadas, considerando os programas já existentes ou alguma outra sugestão que possa ser feita. No momento, a ênfase é São Paulo. Vamos focar em São Paulo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Antes de passar a palavra à Conselheira Dora, queria fazer uma sugestão: que a Conselheira Eurídice fizesse um pequeno documento de uma ou duas folhas e passasse para que o Conselho Nacional encaminhe aos Conselheiros o resumo desse plano, a fim de que possamos ter as contribuições.

Conselheira Dora, ainda deseja dar alguma contribuição?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Gostaria de saber se existe recurso disponível para isso? É um recurso novo? Se ela já tem alguma informação sobre o recurso, porque, afinal de contas, é São Paulo? Estou muito interessada.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Gostaria de reforçar o que o Presidente falou sobre ter algo, deixando clara essa situação. Penso que deveríamos começar direito com isso. Embora haja todas as boas intenções num Programa Nacional de Segurança, que é fundamental e que vem tarde neste País, deveríamos ter um documento trazido para os Conselhos a título informativo de conhecimento até para que possa ser desdobrado para os Conselhos Estaduais e Municipais.

EDUARDO LUIZ. B. BARBOSA - Isso é novo para nós e, por isso, estamos pensando alto. Podemos até falar bobagem, mas merece. A Conselheira deixou claro para nós a disposição do Governo de fazer articulações de políticas na área social como uma garantia, de fazer prevenção na questão da violência, o reconhecimento do Governo no sentido de que não existe segurança sem atacar as questões das diferenças sociais. Isso é fundamental, importante e afeta este Conselho. Devemos estar atentos para esse ponto.

Na realidade, pela primeira vez, inclusive numa posição informal de Governo, fala-se que as questões sociais serão resolvidas com políticas públicas voltadas ao público-alvo, porque, na realidade, até então, pensava-se que as questões seriam resolvidas simplesmente pela estabilidade econômica. É mais uma sinalização de que o Governo tem mudado de posição em relação a essa questão. Isso nos afeta e devemos estar juntos na discussão.

É muito positivo, por isso não devemos ver com críticas. É muito importante que as posições sejam revistas. É uma posição que está sendo revista e que deveremos considerar.

Imagino, também, que este Conselho possa estar aproveitando esse momento político e apontando as articulações devidas ou, pelo menos, discutindo essas articulações que entendemos devam ser valorizadas.

Até agora estávamos discutindo sobre a intersectorialidade, que tem tudo a ver com isso que está sendo debatido. Vejo que há uma proposta política do Governo Central, que vem ao encontro do que estamos discutindo, e este Conselho pode contribuir em muito com a proposta. Pode até se fazer presente numa discussão nacional, embora ainda não tenhamos conseguido obter esse tipo de espaço.

Política e estrategicamente é importante que estejamos atentos a isso, para, talvez, o CNAS conseguir atingir um espaço nacional de proposições.

Por isso, Sr. Presidente, que, já que estamos trabalhando a intersectorialidade e aproveitando a oportunidade, merece ser avaliado por nós a possibilidade de um grupo de

trabalho específico no aprofundamento dessas vinte e quatro questões que estão dentro do plano, relacionando-as com a intersectorialidade que será discutida pelo Conselho.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Muito interessante a proposta do Conselheiro Eduardo, mas apenas precisaríamos ser provocados com esse material da Conselheira Eurídice, encaminhando à Comissão de Políticas para fazermos um detalhamento e, a partir daí, vermos como avançar.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Provocamos, mas já sabemos o que fazer como provocação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- É aquilo que o senhor falou ontem na Comissão de Política. O senhor está à frente, Conselheiro Eduardo.

EDUARDO LUIZ. B. BARBOSA - Provocar e morrer aqui, só recebe documento... Já tendo uma sinalização. Estou alertando que é um momento político que devemos aproveitar. Senão vier, vamos atrás também. A Conselheira está se comprometendo em trazer, mas entendo que devemos buscar, independentemente da posição da Conselheira.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Existe, ainda, uma posição importante que é termos uma Conselheira nesse grupo.

Portanto, a Conselheira Eurídice sinte-se Conselheira do CNAS no grupo de trabalho em que está sendo discutido o assunto.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Isso influencia em tudo, orçamento, financiamento. Por isso, devemos aproveitar os vácuos que o Governo nos dá, que são poucos, e irmos atrás deles.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Conselheira Eurídice.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Sem discordar de nada do que foi exposto, gostaria de fazer uma ressalva. Eu me antecipei, entrei nessa ação ontem, apenas porque não poderia perder essa oportunidade pelo tema: intersectorialidade. Ressalto que sou apenas uma colaboradora. Esse programa tem todo um amparo institucional, que está muito acima de mim. Apenas anunciei para os senhores.

A Secretária Wanda Engel estará representando a SEAS, os Ministérios estarão representados. Apenas poderei para ser mais um campo de discussão do ponto de vista dos Conselhos.

Comprometo-me a levar essa observação para o âmbito das Secretarias e obter o documento necessário para que o Conselho possa trabalhar de uma forma mais detalhada e efetiva.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Antes de passar a palavra para a Conselheira Fátima, temos o prazo da próxima reunião para trazer, mais ou menos, elaborado e discutido esse documento mandado pela Conselheira Eurídice.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Foi falado que o documento era da Comissão de Política e logo depois alguém disse que tinha a ver com financiamento. Faço uma proposta para que passe em todas as Comissões, inclusive na de Normas, porque vai ter muito a normatizar, e a legislação terá que mudar. É um programa abrangente, que devemos ter conhecimento.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Só para concluir, a Conselheira Eurídice encaminhará um documento, e encabeçaremos a proposta do Conselheiro Eduardo Barbosa.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Quero fazer mais um parêntese nisso. Caso não tenhamos o documento, o CNAS deve ir atrás, pois tem que se fazer presentes, senão ficamos mais uma vez à margem.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Gostaria de dizer que a Secretária vem hoje à tarde ao Conselho. Como ela está participando desse programa, poderíamos pedir à própria Secretária o documento, porque não sei se dá tempo de introduzir algo num programa que já está quase formatado.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Não, ele é público, foi anunciado e está na Internet.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - Ele tem assinatura de dez Estados e três Capitais. As Capitais são: Belo Horizonte, São Paulo e, parece-me, Florianópolis. São todas ações integradas para a área de segurança nacional que, no ponto onde abrange assistência social, tem parceria com a SEAS. A Wanda deve falar sobre isso à tarde.

Já foi assinado, já foi repassado dinheiro. O que é isso na verdade? São áreas específicas que existem, até para fugir da lei eleitoral que proibia o repasse de dinheiro até 30 de julho. Abrange várias áreas.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - O programa também de segurança institucional está na Internet. São cento e vinte e quatro ações que estão na Internet.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito)- Dando seqüência à pauta, o item 5 dos temas comuns, que eram os Decretos nº 2.536 e 3.504, transferimos para a Comissão de Normas. Portanto, gostaria de passar a palavra para a Comissão de Política, com a Conselheira Tânia, e passar a Presidência para o Conselheiro Marco Aurélio.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Tenho uma proposta, Sr. Presidente. Como já foram levantados alguns problemas, que as três Comissões apresentasse e abrisse para discussão, porque há problemas que são comuns.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Brito, o senhor fez a sistematização?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Fez, mas há questões que são similares. As três Comissões poderiam expor, pois são rápidas, abrindo a discussão, mesmo porque até alguns assuntos pertinentes já foram explicitados.

Creio que seria mais produtivo. É a minha sugestão.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Tânia Garib, Comissão de Política.

TÂNIA MARA GARIB - O primeiro item específico da Comissão a ser discutido, embora também tenha sido da Comissão de Financiamento, é a minuta de portaria encaminhada pela SEAS com relação às modalidades de atendimento à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência. A nova proposta está com os senhores.

Com certeza, num momento oportuno, como Relatora, falarei dessa portaria com mais detalhes, mas os Conselheiros que fazem parte da Comissão de Política aprovaram o parecer da Relatora propondo, caso a portaria seja aprovada em Plenário, a emissão, pelo Plenário, de duas resoluções decorrentes dessa portaria.

A primeira delas seria solicitar que a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS articule com os representantes das demais políticas públicas setoriais a definição do

financiamento sob responsabilidade de cada área no atendimento aos segmentos inseridos nos serviços de ação continuada.

Toda a portaria foi reformulada no sentido de se buscar essa intersetorialidade e à medida que o financiamento for mantido pela Assistência Social, até que se assumam pelas demais políticas esse financiamento, especialmente educação e saúde. Estamos provocando a SEAS e o mesmo estamos fazendo aqui, chamando para discutir a intersetorialidade entre Conselhos, para que também ocorra no âmbito executivo. Então, mereceria, a portaria sendo aprovada, uma resolução dessa natureza.

Uma segunda resolução que também deveria sair daqui à medida que se aprove a portaria é: solicitar que a Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS implante, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, critérios de qualidade para as ações de Assistência Social incluídas na Portaria n°... , o número que a portaria tiver.

Esses são os dois encaminhamentos, além de aprovar o parecer da Relatora da Comissão de Política.

Um segundo item discutido pela Comissão foi a questão dos critérios de partilha. A Comissão discutiu amplamente a proposta que foi encaminhada pela SEAS, que foi pactuada na CIT, assumida pela Secretária Wanda Engel e encaminhada para cá para atender o disposto no art. 4º da Resolução n° 339. Nesta discussão na Comissão se entendeu que a sugestão feita pela SEAS traz alguns encaminhamentos que não dizem respeito exclusivamente à manutenção dos critérios estabelecidos na Resolução n° 339.

Diante disso, a Comissão de Política sugere um estudo mais aprofundado do assunto para que efetivamente não cometamos erros e cumpramos o estabelecido na Resolução nº 339.

O item 7 refere-se à formação desse grupo de trabalho com a participação do CNAS, da Frente Parlamentar e de outras entidades para aprofundar a discussão sobre a legislação das Oscips. Isso precisa ser exposto como encaminhamento em filantropia.

Por fim, a questão da revisão do benefício de prestação continuada. A Comissão discutiu vários aspectos que merecem ser aprofundados, especialmente os trazidos pela Conselheira Simone em relação ao papel do Acróstico Social que deve servir para aprimorar a decisão no momento da perícia médica, e os resultados não estão sendo favoráveis à manutenção de muitos benefícios.

Essa questão precisa ser abordada com mais profundidade.

Como esse assunto já foi aqui falado umas três vezes, acredito que, no momento em que decidirmos pelas tarefas e competências de um grupo de trabalho da revisão do benefício de prestação continuada, esse assunto seja efetivamente discutido.

A Comissão propõe que, antes de se partir para a segunda etapa, porque a cada dois anos existe um montante de revisões que precisam ser feitas, faça-se um seminário com os envolvidos na questão do BPC para se aterem a itens que necessitem de correções.

Foram esses os assuntos que a Comissão de Política discutiu e que merecem encaminhamentos do Plenário.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Fiz uma proposta para que as três Comissões apresentassem e depois fosse discutido, porque senão vamos discutir os mesmos temas. É bom cada um expor e depois abrir a discussão para todos.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Concedo a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento discutiu os temas a serem incluídos na pauta da reunião ordinária do CNAS, que já foi levantado pelo Conselheiro Brito, depois avaliou o papel dos grupos de trabalho - GT em relação às Comissões temáticas. Também já foi explicitado pelo companheiro Brito, até aceitando a sugestão da Comissão de Financiamento, que discutamos a diferença entre GT e Comissão. Grupos de trabalhos são formados com determinada finalidade com prazo e duração de operação. Isso já foi discutido. Prazos de duração. Viabilizar operacionalização e encaminhar relatórios à coordenação.

As Comissões funcionam seguidamente sem ter prazos de duração.

Essas foram as questões que discutimos. Fizemos o mesmo com todos os grupos, mas como isso já foi feito aqui, creio que não vale repetir.

Quanto à composição da Comissão da III Conferência, a Comissão aprovou a proposta apresentada.

Contra-apresentação da minuta do boletim informativo do CNAS - já apresentamos as questões pertinentes à apresentação do boletim.

Existe a questão do informe sobre o Decreto nº 3.504, que alterou o 2.536. Quanto à placa indicativa, a Comissão propõe que conste o número do certificado e a data da validade. Consideramos que sem isso, passa o tempo da validade e a placa pode continuar. É uma questão importante, porque, durante esse tempo, fica sem pagar a Previdência.

Quanto às alterações do decreto, a Comissão julga necessário discutir a íntegra do decreto e solicita a posição da Comissão de Normas quanto à inclusão do art. 3º, item IX, utilidade pública federal, considerando a possibilidade de se constituir junto ao Comitê de Desburocratização.

Retira-se do Decreto nº 3.504 que o prazo de três anos de carência para se dar o registro de filantropia não seja considerado, no entanto, muda-se para a necessidade de ser utilidade pública, que exige os três anos. Estamos trocando seis por meia dúzia.

A nossa proposta é que isso seja analisado com mais conteúdo e que chamemos, inclusive, o Comitê de Desburocratização para tentar resolver esse problema. Desburocratizar mesmo. Vamos começar a incluir o que existe na sociedade para que comece a funcionar Amigos.

Citado o Decreto nº 3.504 que alterou o Decreto nº 2.536, a Comissão sugere que esse decreto seja conhecido na sua totalidade pelos Conselheiros, não só nas suas alterações, mas na

sua totalidade, porque, nas nossas viagens, às vezes, somos chamados a fazer pronunciamentos sobre esses decretos.

Quanto à definição do nome do coordenador da Comissão de Financiamento, embora haja a falta de um Conselheiro, que foi o Conselheiro Charles, porque o outro Conselheiro tinha uma substituição, o grupo considerou, a não ser que o Conselheiro Charles tivesse outra proposta, que já poderia definir, e foi definido, por unanimidade, o meu nome.

A agenda da Comissão de Financiamento está em anexo. Creio que não é necessário ler essa agenda. É bom todos verem o que estamos expondo, assuntos a serem tratados ordinariamente. Esses assuntos sempre estarão em pauta e existem assuntos que são de extrema importância.

Quanto à portaria da SEAS, não nos ativemos somente ao parecer da Tânia. Lemos tudo o que havia sobre a portaria e chegamos à seguinte conclusão:

A portaria avança com relação à primeira proposta, porém ainda deixa dúvida com relação à questão orçamentária principalmente. A tabela apresentada (Anexo I) atende realmente às necessidades da população-alvo, uma vez que os valores mensais de referência não foram alterados? Quer dizer, nem as metas, nem as questões dos *per capita* etc.

A Comissão sugere uma discussão mais aprofundada com relação aos valores mensais de referência, pois, caso contrário, estaremos abrindo um falso leque de atendimento sem viabilizar orçamentária e financeiramente os recursos para cumpri-los.

Acrescentamos ainda que a operacionalização também deve merecer atenção por parte dos órgãos gestores e a fiscalização deve ser permanente pelos Conselhos.

A Comissão concorda com o destaque que a Relatora Conselheira Tânia Garib apresenta no final de seu parecer, como a única forma de modificar o atendimento proposto, mais recursos financeiros para a área de Assistência Social.

Analisamos bastante essa questão e chegamos às conclusões que chegou a Comissão de Política de que não vale ter isso, dizendo que passará progressivamente para o SUS. Como está a situação financeira do SUS? Isso não temos, inclusive sabemos que o SUS está com problemas financeiros, não só ele, mas a saúde de uma forma geral.

O mesmo acontece com a educação. Teríamos que ter tudo detalhado, mas não podemos interferir, dizendo que o SUS vai assumir, sem o SUS dizer que está disposto a assumir, assim como a Secretaria de Educação, apesar de ser constitucional. Como poderia se viabilizar isso?

As nossas preocupações coincidem com as preocupações de outras Comissões. Ficamos muito assustados com a questão de que o Orçamento de 2001 não prevê nenhum aumento de metas e nenhum desses programas, que irão, sem dúvida alguma, onerar mais.

Como ficariam essas questões?

Discutimos também o critério de partilha, e a Comissão sugere que a SEAS mantenha os critérios de distribuição de recurso estabelecido no art. 1º da Resolução do CNAS, que foi, inclusive, aceito por maioria nesse Conselho para o ano 2000, mas que, para o

ano 2001, esperávamos que fosse com outros critérios. Portanto, estamos aguardando a realização desse novo estudo pela SEAS. Se tiver que existir essa questão que seja assumida pela SEAS, mas que o CNAS mantenha o compromisso da resolução de que, no ano 2000, já seriam outros critérios.

Devemos, também, avaliar, junto aos Estados que tiveram recursos adicionais concedidos no ano 2000 (*plus*), os resultados alcançados na sua aplicação (impacto social) e diante deste controle redistribuir os recursos adicionais de 2001, porque, como há recursos adicionais, e estava sendo proposto que fossem para os Estados que tivessem melhor desempenho, vamos voltar para o mesmo ponto, ou seja, os Estados que têm melhor desempenho são os que têm melhor estrutura.

Queremos, ao invés disso, outro critério, que talvez seja esse critério de resultados alcançados na aplicação, ou seja, condições mínimas para que os Estados possam estar utilizando esses recursos adicionais.

Quanto ao BPC e à avaliação da planilha de recursos financeiros liberados pelo SEAS, é adiada a avaliação dos relatórios para a próxima reunião da Comissão, porque não apareceram relatórios, mas insistimos em que o BPC deva fazer parte da pauta de todas as reuniões do CNAS como uma questão extremamente importante. Essa questão já foi levantada e somente estamos reafirmando-a.

A questão mais grave foi a proposta orçamentária do Fundo Nacional para o ano 2001. A proposta encaminhada à Comissão é aquela que foi encaminhada pela SEAS/MPAS. Não foi do

Ministério, que é o órgão da Administração Federal responsável pela Política Nacional de Assistência Social, conforme determina o art. 18, item VIII, da Lei Orgânica da Assistência Social. Era apenas o orçamento proposto pela SEAS que já dizia que não era o orçamento oficial, e, por isso, entendemos que não deveríamos ficar debruçados sobre um orçamento que não era oficial.

A Comissão solicitou a posição da COF/MPAS sobre a proposta orçamentária do Fundo Nacional e foi informada que ainda estava sendo proposta. Por esse motivo, propõe, como única alternativa para o cumprimento da LOAS, a convocação de uma reunião extraordinária para a primeira semana de agosto.

Era o ponto principal da Comissão de Financiamento. Não pode ser discutido por falta da proposta do Ministério do ano 2000, apesar de insistentes solicitações da Comissão de Financiamento para que viesse pronta, a fim de que esta reunião já definisse e o CNAS aprovasse ou não o Orçamento encaminhado pelo Ministério. Esse orçamento não foi encaminhado. O que ficamos sabendo é que teria que estar nas mãos do Presidente em agosto para ser encaminhado ao Congresso. Ou eles encaminham ou não se cumpre a lei. O que seria extremamente grave.

Fica a proposta de uma possível convocação de uma reunião extraordinária, garantindo que o material chegue às mãos da Comissão de Financiamento, com antecedência, para ser analisado, discutido e para que possamos, a Comissão de Financiamento, trazer para este Conselho uma posição mais concreta sobre o orçamento proposto. Isso em relação ao Orçamento do ano 2001.

Não foi dito aqui, mas estou me lembrando que a Comissão recebeu no dia da reunião o Relatório do trimestre para ser avaliado. Entendemos que também não tínhamos condições de receber num dia e não ter o mínimo de condições de estudar o relatório, por isso, ficamos de analisá-lo na próxima reunião.

Se tivéssemos discutido o problema do Orçamento de 2001, não teríamos tido tempo sequer de discutir essas outras questões, por isso a Comissão de Financiamento propõe que as reuniões aconteçam às 10 horas da manhã, aproveitando o tempo para discussão e avaliação dos assuntos pautados. Além do que, depois, temos a reunião da Presidência Ampliada e já precisamos estar com toda a documentação estudada e concretizada. Dessa forma, entendemos que o horário da reunião deva ser antecipado.

Essa sugestão foi acatada por unanimidade e proposta, principalmente, pelos Conselheiros governamentais.

Essas foram as questões da Comissão de Financiamento.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Irmã Tereza.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - A Comissão de Normas se ateve também ao estudo do Decreto nº 2.536 e do Decreto nº 3.504, que trouxeram alterações bastante significativas.

Fizemos, e os senhores têm em mãos, um comentário por escrito, fazendo a chamada das alterações significativas apresentadas por esse decreto.

As Comissões de Finanças e de Política já apresentaram a questão da utilidade pública. Talvez fosse interessante lermos, porque não é muito grande. Os senhores concordam?

Decreto nº 3.504, os senhores têm em mãos.

Art. 3º - ...

Inciso XI - seja declarado de utilidade pública federal.

Para solicitar a concessão do CEFF as Entidades deverão ter como pré-requisito a Utilidade Pública Federal.

Fazemos a observação: Quanto às Entidades desmembradas, o Conselho Nacional de Assistência Social observará a Resolução nº 263, de 05/10/99, que foi publicada no dia 06/10/99

Art. 5º O prazo de que trata o *caput* não se aplica às entidades que prestam, exclusivamente, assistência social às pessoas carentes...

§ 5º As Entidades de Assistência Social poderão requerer o registro e o CEFF, no mesmo processo.

Art. 6º Não serão considerados os valores relativos a bolsas custeadas pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES...

§ 6º As Bolsas custeadas pelo FIES ou resultantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho não serão consideradas como gratuidade.

Art. 5º - ...

§ 1º Não precisam ser auditadas as Entidades que auferirem de receita bruta até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 2º Será exigida a auditoria por auditores independentes inscritos na CVM, quando a receita da entidade for superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Mudaram apenas os valores e a exigência continua.

Art. 7º Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social caberá recurso ao Ministério da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados das datas da publicação do ato no Diário Oficial da União...

Chamamos a atenção para a questão do prazo, que segundo disposto no art. 7º, § 1º, do Decreto nº 2.536/98, era de 30 dias e passa agora para 10 dias.

Art. 8º - As instituições que possuam Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos deverão afixar placa indicativa em local visível, conforme modelo aprovado pelo CNAS, em que constem os seguintes dizeres: "Esta entidade tem Certificado de Fins Filantrópicos concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, para prestar atendimento a pessoas carentes.". (NR)

Quanto a esta placa, está no dispositivo, que o modelo será aprovado pelo CNAS, portanto, o Conselho Nacional de Assistência Social poderá acrescentar o prazo, uma vez que o CEFF (Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos) é apenas por três anos. Já foi solicitado pela outra Comissão que se coloque o número do Certificado, mas ele não tem número, a não ser do processo - a sugestão da Comissão de Normas é que constasse a validade. Dispensa-se o número do processo.

As Entidades não deverão colocar esta placa antes da renovação com o deferimento do CEFF (Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), porque, uma vez assumido o compromisso com a comunidade, não se pode voltar atrás. Isso pode ser oneroso para as entidades, e elas podem não cumprir com aquilo que está sendo publicado.

Com relação à captação do recurso, o grupo de trabalho acrescentou um prazo, a partir de 13 de junho de 2000. Se não aprovamos ainda, e o prazo é de três anos, penso que não é prudente estabelecer o prazo. A partir do dia 11 de julho, qual é a data e qual a fundamentação?

Seria interessante observar a legislação, a partir da data de posse do certificado que a entidade tenha.

Isso foi o estudo da Comissão de Normas.

Outro ponto. Não houve um consenso quanto aos dizeres apresentados pelo decreto. Trouxemos aqui a sugestão, que vou ler, mas dentro da Comissão não houve um consenso, inclusive porque os dizeres já trazem uma conotação preconceituosa no sentido de que para se ter direito tem que ser pobre, carente. O que significa carente?

A Constituição só prevê adolescente carente. É a única expressão que encontramos na legislação.

Quanto à política pública, parece-me que não foi contemplada aqui. A nossa sugestão é a identificação da entidade portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, para

prestar atendimento à pessoa carente. Sugerimos ao destinatário da Assistência Social.

Trouxemos a sugestão para que a plenária ofereça sugestões, porque na Comissão não houve um consenso, ou que façamos um encaminhamento à Consultoria Jurídica da Previdência, caso houvesse alteração dos dizeres que estão sugeridos na placa, porque ela traz preconceito no sentido de classificar como carente o cidadão que precisa do benefício.

Queria fazer um lembrete aqui também que educação é direito de todos e dever do Estado. Estamos exigindo uma placa para as entidades, mas não pode o Poder Público se eximir da sua responsabilidade.

Assim, sugerimos constar na placa o usuário, porque toda a instituição tem também o seu usuário. Ela presta serviço para um usuário determinado. Por exemplo, o idoso. É difícil numa mesma instituição existir toda essa mistura. Existem as exigências legais quanto à dependência, enfim, os conselhos específicos de cada usuário.

A questão da validade. A questão da determinação do usuário para não ficar específico à pessoa carente ou ao destinatário da assistência social, idoso, criança ou adolescente, família, e para se ter alguma identificação da instituição de acordo com a finalidade estatutária.

Vamos abrir para a discussão?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Parece-me que, sobre esta matéria, cada Comissão fez uma sugestão. Então, a

Presidência nomeará um Relator agora para que, à tarde, sistematize as três sugestões e vote.

Se ninguém tiver nada contra, quero nomear o Deputado Eduardo Barbosa para ser o Relator.

Alguém tem algo contra a nomeação do Deputado Eduardo Barbosa?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Sr. Presidente, não posso assumir esse compromisso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Por quê?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Porque na hora do almoço tenho outro compromisso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não quero ninguém que tenha relatado nas Comissões. Tem que ser alguém isento para fazer a sistematização das três. Nomeio, portanto, a Conselheira Cida.

Alguém tem algo contra a nomeação da Conselheira Cida?

Quem tiver sugestão, passe à Conselheira Cida, por gentileza.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Quanto à reformulação em decorrência da alteração do Decreto nº 2.536, faz-se necessário e urgente que até a próxima reunião a Comissão de Normas apresente

uma minuta da alteração da Resolução nº 32, quanto à concessão e à renovação do CEFF.

Foi ainda estabelecida a agenda da Comissão - os senhores têm em mãos - e relatados todos os processos que estavam pendentes, não sendo possível fazer uma discussão aprofundada do decreto da eleição da sociedade civil, que passa a fazer parte da agenda da Comissão.

Quanto aos Conselheiros, ficou estabelecido que, até o dia 21 de agosto, todos apresentarão a contribuição para a cartilha de capacitação de Conselheiros, a partir da Comissão de Normas ou mandarão por *e-mail*, que é mais rápido.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Estou consultando os Conselheiros da Comissão de Política se a nossa sugestão pode ser encaminhada em nome da Comissão.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Vou esperar, porque também sou Conselheiro da Comissão de Política.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Alteramos somente "esta entidade tem Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos, concedidos pelo CNAS, fazendo parte da rede de proteção social".

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Vou ler o art. 8º do Decreto:

"Art. 8º - As instituições que possuem Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos deverão afixar placa indicativa,

em local visível, conforme modelo aprovado pelo CNAS, em que constem os seguintes dizeres:..."

Os dizeres terão que constar, mas podemos fazer qualquer outro modelo, com prazo.

Podemos aprovar qualquer modelo desde que conste. Está escrito no decreto. Estou lendo o decreto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Brito.

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Sr. Presidente, é importante a sua observação. Inclusive antes fizemos uma proposição que, caso alguma sugestão fosse feita, passássemos antes para a Consultoria Jurídica do Ministério se é possível sugerir, para que não fiquemos sugerindo uma mudança ao decreto que deixa claro o que é que deve estar escrito.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Brito, lendo o art. 8º do Decreto, chegamos à conclusão. Podemos incluir qualquer coisa, desde que constem os dizeres. Desde que não mude o texto, o modelo nós fizemos.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Entendemos que o texto da forma que foi apresentado contraria tudo aquilo que defendemos na política de assistência social, mesmo porque o termo carente já está em desuso há séculos, desde a Lei Orgânica de Assistência Social, provando que quem redige decretos geralmente não faz consulta aos órgãos gestores, porque duvido que o órgão gestor afim tenha proposto um texto com esse tipo de expressão.

Na realidade, de acordo com a exposição do Presidente, cabe a nós aprová-lo ou rejeitá-lo e justificar a rejeição, porque a forma como foi escrita contraria o que a legislação determina. Não temos outra alternativa.

Como queríamos avançar na proposta, porque é um assunto tão simples, que não precisaria estar voltando à pauta, já teríamos uma proposição até de mudança do decreto, mas dentro de uma conceituação aceitável por este Conselho.

Não podemos aprovar uma conceituação ultrapassada, retrógrada, que tem outros significados.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E não houve a consulta a quem o senhor falou?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - A um órgão gestor.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Então, vamos consultar o órgão gestor à tarde, que também não é o Conselho. Não é isso?

Portanto, à tarde, vamos consultar o órgão gestor, representado pela Secretária Wanda Engel, e a nobre Relatora Cida emitirá o seu parecer, porque o órgão gestor também não é o Conselho, é a SEAS.

Os senhores concordam com isso?

EDUARDO LUIZ B.BARBOSA - Duvido que um decreto que foi assim apresentado tenha sido redigido após a consulta do órgão gestor, porque o órgão gestor não permitiria isso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Para não cometermos o mesmo erro das pessoas que redigiram o decreto, vamos, à tarde, consultar o órgão gestor.

Concedo a palavra à Conselheira Dora Cunha Bueno.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, queria informar aos meus companheiros que isso consta da ordem de serviço do INSS, que não foi aprovado e que esse modelo está vindo de lá. Trouxe, inclusive, a folha que o INSS deu - e mandei à Presidência a cópia disso, dando a forma como deveriam ser confeccionadas tanto as medidas quanto os dizeres. Isso foi o INSS quem propôs e não está em vigor.

No entanto, gostaria de informar que os fiscais do INSS estão indo às entidades e multando as entidades por não terem essa placa.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Isso é impossível, Conselheira Dora. Ele pode multar, mas a entidade vai recorrer, porque o CNAS não aprovou. Da mesma forma que o decreto vale para ficarmos discutindo aqui se é carente ou não, vale também para a placa, porque a multa não pode valer enquanto não decidirmos sobre a placa.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Os fiscais desconhecem o novo decreto e estão com essa ordem de serviço do INSS. Não estou me referindo ao decreto, estou me referindo apenas à ordem de serviço que não está em vigor, mas, apesar disso, os fiscais estão indo às entidades.

PAULO BIANCARDI COURY - Esse entendimento já tinha sido feito na Comissão de Normas, porque o decreto é muito claro, tem que constar esses dizeres e o modelo é que será aprovado por nós. Poderíamos adicionar algo mais. Entendo que a palavra "carente" é discriminatória, por isso deveria ser revista a forma como foi aposta ou até mesma aboli-la.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Presidente não tem nada contra. O único ponto que deve ser pensado é que se trata de um decreto presidencial. Existem duas formas de mudar: a primeira é uma ADIN no Supremo Tribunal Federal e a segunda é um projeto de decreto legislativo no Congresso Nacional. São as duas formas legais que temos para se mudar um decreto presidencial.

Vamos tentar com a Secretária Wanda. Se ela concordar, a Presidência irá concordar também. Precisa ficar claro que depois somos passíveis de qualquer...

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Sr. Presidente, o certificado é expedido pelo CNAS. Não seria este que deveria ser consultado? Sobre a placa? Fiz referência ao órgão gestor,

porque um decreto redigido na Casa Civil, geralmente, escuta os seus órgãos afins sobre qualquer exposição que o Presidente faça.

Na realidade, um decreto que afeta um documento que é expedido pelo CNAS traz a obrigatoriedade deste ser ouvido.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não.

Com a palavra o Conselheiro Carlos Ajur.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Sr. Presidente, houve uma discussão, ontem, na Comissão de Normas, a respeito da placa. Eu estou esperando a consulta que V.Sa. fará à Secretária Wanda Engel, porque a minha maior preocupação, Conselheiro Eduardo Barbosa, é com o efeito dessa placa e a questão da pessoa carente. V.S^a sabe disso por ser representante de uma instituição como a APAE. Se hoje a APAE de sua cidade atende a duzentas pessoas, tem uma fila de quatrocentas esperando. A sua entidade recebe financiamento público para atender duzentas pessoas. V. S^a. coloca uma placa lá: "Essa entidade é portadora do certificado tal e atende a pessoas carentes." Aumenta para mil pessoas e a placa está ali. Como é que fica essa questão?

Outro ponto é a pessoa carente. A sua entidade atende aos portadores de deficiência mental, como a que sou Presidente atende a portadores de deficiência visual e chegam migrantes, idosos, pedindo para serem atendidos.

Por isso, deve estar explicitado na placa qual a clientela-alvo que essa entidade atende.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V. S^a. enxerga mais do que todos.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - A Unicep atende portadores de deficiência visual. A APAE de sua cidade atende portadores de deficiência mental e acabou.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Mesmo que seja um decreto, é muito oportuna essa discussão, porque o CNAS é que tem, de fato, de se preocupar, principalmente, com a questão da concepção. Nos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social o Congresso aprovou a questão da discriminação e sancionada pelo Presidente. Quando se insere a palavra carente, usamos uma palavra em desuso, em primeiro lugar e, em segundo, já está discriminando com relação ao atendimento.

Mesmo que permaneça, o CNAS deve ter uma manifestação contrária a esse dizer. Não sei juridicamente como encaminhar, mas o CNAS deve ter uma posição contrária e fazer uma gestão no sentido de alterar essa palavra.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - É isso que faremos à tarde.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Faço outra proposta: que à tarde se discuta esse ponto, mas não sei quem deve, realmente, definir a questão da modificação, a Engel ou o próprio CNAS.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Já expliquei. É um decreto presidencial e somente vamos adquirir uma parceira dentro daquilo que o CNAS está pensando em maioria.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Sr. Presidente, se ainda vamos pautar esse assunto hoje, cabe a nós aprová-lo ou rejeitá-lo. Se assim for, deveremos mostrar os argumentos, encaminhando à Secretária para que negocie outros dizeres. Esse é o caminho.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Por que esse é o caminho?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Ou então se retira de pauta, negocia-se antes.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O que propus foi que ouvíssemos a Secretária Wanda antes.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Mas ela também não tem poderes de mudar isso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas não podemos mudar. O que estou querendo é que o Conselho tenha a parceria da Secretária para que mudemos, e todos ficarão cientes de que podemos ter uma represália por ter alterado o decreto. Esse é o preço que temos de pagar.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Assim fica melhor. Fazer uma proposta é melhor do que dizer que não vai votar.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Tânia Garib

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, o que temos de decidir neste momento é: não vamos fazer o encaminhamento em relação à placa, pois entendemos que o decreto fere o art. 4º, inciso III, da Lei Orgânica da Assistência Social e solicitamos o apoio dos órgãos gestores, que aplicam esta política, no sentido de intervir para que no decreto este item seja alterado. A proposta sugerida pelo Conselho é a que compõe a rede. E já vem com tudo, ou seja, com a sugestão do Conselheiro Carlos Ajur, da Irmã Maria Teresa e do Conselheiro Eduardo.

Dessa forma não estaremos ferindo ninguém, brigando com ninguém. Estamos contribuindo com o Governo Federal que, num lapso, como outros, feriu a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada neste País e sancionada pelo Presidente da República no seu art. 4º, inciso III.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A Nobre Relatora Cida irá fazer isso à tarde.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Matéria vencida.

Não sei porque tantos melindres em falar um não a algo com justificativa. É somente uma observação que quero fazer. Não

quero entrar em polêmica, mas entendo que podemos dizer não com justificativa e as pessoas mudarem suas posições. Todo não que queremos dizer parece que irá ferir alguém. Não vai ferir, estamos baseados em lei. A relação com o Governo não pode ser tão melindrosa nesse sentido. Estamos argumentando. Tem um artigo na LOAS dizendo que não pode haver esse tipo de discriminação.

Não vamos ficar tão melindrados nas nossas relações.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas quem está contra isso, Nobre Deputado Eduardo? Só que V.S^a fala não e ficamos obrigados a votar. Para votar, temos que ter um parecer da Conselheira Cida, dizendo o que V.S^a está falando. Vamos votar à tarde, e a Presidência vai votar com V.Ex^a. Agora temos que ter o trâmite aqui dentro.

Algo mais a tratar? Com a palavra o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Tenho algo a respeito desse decreto e, novamente para discussão, refere-se ao art. 7º, porque aqui está escrito ao Ministério e, na verdade, o decreto diz ao ministro. Tenho claro que é um decreto presidencial, mas também há uma outra discussão, porque o CNAS é um órgão deliberativo. Cabe a um ministro alterar uma decisão do CNAS?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Por lei, sim. Cabe recurso ainda.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Pelo decreto. Em princípio a instância que delibera sobre o certificado pela Lei Orgânica é o CNAS. Não me parece que caiba uma medida administrativa, e, sim, uma medida, se for fazer um recurso judicial.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não, da decisão do CNAS cabe recurso ao Ministro.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Sim, porque está no decreto, mas não na lei.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas não esse decreto, Conselheiro Charles. Isso já é no anterior. De toda decisão nossa cabe recurso ao Ministro.

PAULO BIANCARDI COURY- A via administrativa se encerra no Ministro e a partir daí a via é judicial.

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Sr. Presidente, tenho uma pergunta: desses processos que foram relatados pela Irmã Tereza teremos acesso à vistas? É só para esclarecimento. A senhora levantou no item XI, Relato dos Processos.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Eles serão aprovados pelo Presidente.

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Não vem ao colegiado?

IRMÃO MARIA TEREZA DINIZ - Não, porque já passou.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Já passou e vai a referendo do Presidente.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mais alguma coisa, Srs. Conselheiros?

TÂNIA MARA GARIB - Existem encaminhamentos da Comissão de Política.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas as resoluções não se referem à portaria e não tem que ter o número da...

TÂNIA MARA GARIB - Mas há outras coisas. Posso deixar para tarde, mas existem encaminhamentos

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Só foi apresentado pelas Comissões, porque falaram que depois de todas apresentarem, faríamos os debates.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Em relação a critério de partilha, este Pleno tem que tomar uma decisão de encaminhamento. A Comissão de Política sugeriu um estudo mais aprofundado do assunto para cumprir o estabelecido na Resolução nº 339.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Quando for só de política e de financiamento também.

TÂNIA MARA GARIB - Sim, mas precisa de encaminhamento do Pleno. Vamos tomar esta atitude?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Os senhores me perdoem, mas não estou entendendo. Os senhores discutiram isso e não chegaram à conclusão?

MARIA DE FÁIMA FERREIRA - Duas Comissões tomaram posição, mas o Plenário do Conselho Nacional não se manifestou.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Então vamos nos manifestar.

TÂNIA MARA GARIB - Estou fazendo o primeiro encaminhamento que trata do critério de partilha. Temos que ter o encaminhamento do CNAS em relação ao assunto. A Comissão de Política sugere um estudo mais aprofundado que pode ser, inclusive, feito pela reativação do Grupo de Trabalho de Critério de Partilha e que pode ser a não aceitação da proposta feita,

enfim, pode ter uma série de encaminhamentos. A Comissão de Política está propondo esse encaminhamento.

A Comissão de Financiamento fez um encaminhamento também.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiras Tânia e Fátima, por favor. Tivemos reunião ampliada, ontem à noite, chegando a uma conclusão, que foi aprovada por todas as Comissões e a Presidência. Temos de chegar aqui e relatar para os Conselheiros qual foi o acordo e deixar os Conselheiros informados. Por favor, foi isso que fizemos ontem à noite.

TÂNIA MARA GARIB - Desculpe-me Sr. Presidente, se chegou à conclusão dos encaminhamentos comuns de temas de todas as Comissões. Estes temas são específicos. O tema critério de partilha apenas foi discutido pelas Comissões de Financiamento e de Política. A Comissão de Normas não discutiu e há necessidade de um encaminhamento.

Faço uma proposta concreta. O que a Comissão de Política sugeriu: estudo mais aprofundado do assunto para cumprir o estabelecido na Resolução nº 339. Esse é o encaminhamento que a Comissão de Política faz e que precisa ser votado.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento complementa: que se faça, quanto à Resolução nº 339, a realização de novos estudos pela SEAS. Outro ponto é a avaliação, junto aos Estados que tiveram recursos adicionais concedidos no ano 2000,

dos resultados alcançados na sua aplicação, do impacto social. Diante desse controle, podemos discutir a redistribuição dos recursos adicionais para o ano 2001. Não sei se os senhores sabem que a Resolução, apesar de ser única, no final propõe essa questão dos recursos adicionais. Por isso, devemos ter uma posição também sobre esses recursos adicionais.

Entendemos que estes somente poderão ser distribuídos depois de feita esta análise.

TÂNIA MARA GARIB - Desculpe-me, Conselheira Fátima. Quando emitimos a Resolução nº 339, quando decidimos acrescentar o Anexo da Resolução, naquele quadro com o percentual de cada Estado, naquela oportunidade se discutiu e se votou que o percentual, que ali estava, seria o de repartição de qualquer recurso do saque e, se vier a emenda da Comissão de Seguridade, que o Deputado Eduardo Barbosa faz parte, 21 milhões para zero a seis, agora são 13 milhões para zero a seis, iremos aplicar aquele percentual que está no Anexo da Resolução nº 339, distribuindo aqueles recursos para todos os Estados brasileiros.

Entendo que não é o caso de discutir recursos adicionais de 2000, porque o que vale é a Resolução nº 339. Existe a necessidade de discutir se a Resolução nº 339 limita sua distribuição para o ano 2000 e devemos definir para o ano 2001.

MARIA DE FÁRIMA FERREIRA - A Resolução foi aprovada por maioria, e eu não concordava já naquela época.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Foram dois votos contra.

MARIA DE FÁRIMA FERREIRA - Foram quatro.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Então, é maioria absoluta.

MARIA DE FÁRIMA FERREIRA - Não vem ao caso. Foi aprovado.

O que estou querendo dizer não é ver se foi aprovada ou não. Aquela foi respeitada, então temos que respeitar. O que estou dizendo é que não podemos continuar aprovando os mesmos critérios, critérios esses que concordo inteiramente com a Tânia. Por exemplo, concordamos que nenhum Estado perdesse financeiramente. Só que os Estados que não tiveram nenhum ganho, no fundo também perderam. Não se pode continuar usando esse mesmo critério, de que nenhum pode perder, mas que sempre terá critérios para aqueles mesmos que já conseguiram, sem ter uma análise.

O que estou querendo dizer é que se deve fazer uma análise disso, porque explicitaram que os Estados que melhor utilizaram esse dinheiro seriam aqueles que iriam ganhar. Esse não é o critério. O critério é a modificação e o aprofundamento.

A minha proposta concreta é de que não se aceite a Resolução da SEAS e se proponha analisar, para o ano 2001, como será o repasse de recursos, inclusive do adicional.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Pediria ao Deputado Eduardo Barbosa que sistematizasse essa discussão e dissesse a que conclusão chegamos ontem, por favor, para ver se pode ser uma proposta a ser aprovada.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Foi dito o seguinte: temos uma resolução aprovada para os recursos do ano 2000. Nesta resolução, já há indicativos para o que acontecerá em 2001. Nessa resolução aprovada em 1999, que define os critérios de partilha, existe um artigo que prevê que compete a SEAS nos remeter processo de avaliação da aplicação dos recursos. É esse processo de avaliação que vai nos subsidiar para aprovação de novos critérios ou mantê-los. Na realidade, o nosso aguardo é nesse sentido.

Os adicionais de 2000, no nosso entendimento, têm que obedecer à resolução em vigor, aquele critério estabelecido de partilha, mas, para 2001, a alteração depende de resultados apresentados.

Como temos um prazo a cumprir, já que o Orçamento é encaminhado até o final de agosto para o Congresso...

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E nós, na Resolução, demos o prazo até o final de julho para que a SEAS nos informasse...

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - E isso não veio, o que podemos estar prevendo é que, no máximo, na próxima reunião plenária do CNAS, dia 21 de agosto ou dia 22 de agosto, não sei...

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Dia 21, dependendo do Orçamento, antes.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - É importante já termos um parecer baseado no que diz a Resolução de 1999 que prevê o resultado da análise da SEAS sobre o impacto.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E na proposta de V.Sa. dá para manter também o grupo de trabalho que trabalhou nisso?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Na realidade, se a SEAS enviar essa avaliação, um grupo de trabalho terá que fazer uma avaliação para apresentar aqui no plenário.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Junto com a relatora da matéria.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Junto com a relatora da matéria.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Quero dizer que não falei nada mais, só com palavras diferentes, do que ele falou.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Por isso que pediu para sistematizar, porque creio que o que você está falando é o mesmo o que estamos falamos. Não tira nem põe.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Quero somente saber se, nessa avaliação que a SEAS vai mandar para o CNAS, já ficou um prazo determinado - neste caso não entendi bem - para mandar a proposta orçamentária para 2001.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - São coisas distintas.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Desculpe, Sr. Presidente. São coisas distintas, mas não consigo perceber como se possa discutir critérios de partilha, Conselheira Fátima, sem saber do orçamento, porque se dividirá dinheiro, e se não se sabe o que se vai dividir. Fica complicado.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Mas na resolução aprovada em 1999 está muito claro. O que garantimos é que não haverá perda, o que vier de aumento segue o critério. Estamos partindo do princípio de que não existirá perda. O que existirá de ganho é que terá um critério de partilha.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Com relação ao que o companheiro Carlos levantou, o que estamos discutindo aqui é critério. Quanto à questão do relatório do ano 2001, já está

claro que ele precisará vir. Isso não está sendo discutido novamente. O que está sendo discutido aqui é a questão da Resolução da SEAS, por isso estou dizendo que a minha manifestação é sobre isso. Quanto ao outro, já me manifestei.

TÂNIA MARA GARIB - Só quero retificar uma informação, Conselheiro Eduardo. A SEAS cumpriu o estabelecido no art. 4º da Resolução nº 339, que diz o seguinte:

“Art. 4º. A Secretaria de Estado de Assistência Social providenciará, no primeiro semestre de 2000, o aperfeiçoamento dos estudos (...) sobre os critérios de distribuição de recursos para o Orçamento de 2001, quando novos subsídios serão acrescentados, possibilitando uma repartição cada vez mais equânime”.

A SEAS, entendendo que o primeiro semestre se encerra no dia 30 de junho, encaminhou, no dia 07 de junho, um ofício ao CNAS, dizendo o seguinte:

“Em atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução nº 339 sobre os critérios de partilha dos recursos financeiros para o ano 2001, encaminho a V. S^a. o relatório da Câmara Técnica, constituída pela Comissão Intergestora Tripartite” - foi a opção que a SEAS escolheu para discutir essa questão -, “que analisou a proposta apresentada pela SEAS e referente à questão em foco.

A proposta já consubstanciada no relatório em anexo foi discutida e aprovada por consenso na reunião plenária da CIT do dia 31 de maio e aprimorada pelas pertinentes contribuições dos gestores estaduais e municipais, o que está traduzido nas conclusões e recomendações do relatório em anexo”.

O que a SEAS oficialmente propõe em relação à repartição dos recursos é isso. Cabe a nós dizer se aceitamos ou não.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas já dissemos. Todas as Comissões já disseram. Estamos com algum problema de sistematização de assunto.

Por gentileza, todos nós já dissemos, nas Comissões, que não concordamos com isso. Todos nós já sabemos do que se trata.

Por isso, não vamos votar a matéria, não aceitamos o ofício da SEAS e vamos esperar. Não é isso, Conselheiro Eduardo Barbosa?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - É isso. E ainda com mais uma justificativa: uma proposição da CIT não atende àquilo que está no artigo "aperfeiçoamento de estudo sobre critérios de distribuição". Simplesmente, acordaram que do jeito que está vão deixar ficar.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Vamos deixar do jeito que está até que nos dêem subsídio. Se não derem subsídio, no prazo da nossa resolução, vamos constituir o nosso grupo de trabalho com relator e vamos fazer a distribuição conforme o CNAS quer.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Nós respeitamos o parecer da CIT.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Só um adendo: o que o Conselheiro Eduardo está falando, na realidade, a pactuação da CIT deixou claro que não aprovamos do jeito que está porque não existem estudos para aperfeiçoar o que o IPEA havia realizado até então. Por isso, a CIT pactuou. Não havia nenhum estudo.

O que foi levantado é que, agora, com o censo que será realizado este ano, podemos aperfeiçoar esses indicadores. Então, essa foi a questão da CIT. A CIT não desconsiderou o assunto. Houve uma discussão na CIT, nós é que não conseguimos encaminhar.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Simplesmente, o CNAS está se posicionando que não aceita, baseado nessa fundamentação.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Outro ponto. A CIT tomou uma posição. Creio que isto tem sempre que ficar claro: a CIT não é superior ao Conselho. Aceitamos as propostas.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Fátima, por favor. Ninguém está dizendo isso.

Todos concordam com a proposta do Conselheiro Eduardo Barbosa?

Está clara a proposta do Conselheiro Eduardo Barbosa?

Em votação a proposta.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovada.

Mais alguma discussão das Comissões?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Sim. A questão do Orçamento 2001. Se este Plenário concorda que não veio o Orçamento do MPAS, que deveria vir para ser aprovado nesta reunião, não veio o Orçamento para o ano 2001, este Conselho não tem condições de aprovar. É uma questão do art. 18 da lei, item VIII. Como vamos resolver esse problema? Não tem outra maneira a não ser fazer uma reunião extraordinária.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V. Sa. quer marcar uma reunião extraordinária sem saber quando o Orçamento vai chegar? Só para a Presidência entender. Não seria mais fácil quando o Orçamento chegar marcar a reunião extraordinária? Porque o prazo para o Congresso Nacional é até o final de agosto.

Isso porque estamos agora na votação das proposições da Comissão. Não é isso, Conselheiro Eduardo?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Exatamente.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O que V. Sa. está propondo é o seguinte: que se convoque uma reunião extraordinária para se aprovar o Orçamento, sem saber quando o Orçamento vem.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Esta não é uma proposta de Fátima, é uma proposta da Comissão, e a Comissão disse isso com muita seriedade. Analisamos o tema. A proposta, inclusive, dos Conselheiros governamentais presentes, principalmente do MPO, era de que fosse no final de julho, a última semana, ou seja, na próxima semana.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Quando chegar o Orçamento.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Iriamos exigir que chegasse o Orçamento.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Exigir não podemos. Eles são obrigados a mandar. Ficamos aguardando o envio.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Mas depois que lemos os artigos, eles tomaram conta e apressaram. O Conselheiro do MPO falou que era na primeira semana de agosto, porque na segunda semana de agosto o Presidente já estaria encaminhando isso para o Congresso, sem aprovação do CNAS.

Foi baseado em informações dos Conselheiros governamentais - e não é um conselheiro governamental qualquer, é o do MPO - que tomamos essa decisão. Não foi uma decisão tomada fortuitamente.

E nós inclusive falamos. Evidentemente que não explicitamos aqui: convoque uma reunião extraordinária. A nossa proposta é para isso. Evidentemente que podemos entrar em contato com eles para saber, inclusive disse isso na informação, se haverá tempo da Comissão fazer uma análise e trazer a proposta para o CNAS.

Não estamos fazendo nenhuma proposta que não seja concreta. Discutimos exaustivamente isso, inclusive com o representante da SEAS.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E qual é a proposta?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Recebendo o Orçamento, façamos na primeira semana de agosto.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E se não o recebermos na primeira semana, Conselheira?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Se não o recebermos na primeira semana não faremos a reunião, evidentemente.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A senhora, por favor, confie no Presidente e no Vice-Presidente que os dois, quando receber, convocarão.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Era a proposta da Comissão de Financiamento.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Acabou esse assunto?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Sim.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Temos mais duas proposições a serem votadas, Sr. Presidente, encaminhadas pela Comissão de Política. Uma em relação ao benefício de prestação continuada. A Comissão de Política está encaminhando para plenária do CNAS a sugestão de realização de um seminário de trabalho juntamente com a SEAS e o INSS, para podermos avaliar o BPC.

Isso tem que ser votado.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Avaliar antes do início da próxima revisão.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Essa seria uma proposta.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V. S^a. está com o texto da proposta?

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - A Comissão de Política propõe que a SEAS realize um seminário para avaliar a primeira etapa de revisão do BPC antes do início da próxima revisão.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão.

Alguém quer fazer uso da palavra para discutir?

(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A segunda proposta, Conselheiro Eduardo Barbosa.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - A segunda proposta é a respeito das Oscips e da filantropia. Seria a participação do CNAS nesse grupo de trabalho que a Frente Parlamentar de Assistência vai estar organizando, juntamente com outras organizações, para aprofundamento dos estudos sobre a filantropia e Oscip. O senhor estava no seminário e participou dessa discussão.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão.

Alguém que queira discutir? (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada

A Conselheira Tânia Garib fará o texto para o envio da Resolução.

Algo mais, Conselheira Irmã Tereza?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Existe uma questão que não sei se precisa ser aprovada.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O horário de Comissão não precisa ser votado. Cada Comissão marca o seu horário.

Está suspensa sessão que será reaberta às 14 horas, com a presença da Secretária Wanda Engel.

CNAS, 18/07/2000

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Senhores, declaro reaberta a sessão.

Conselheiro Brito, como ficou acertado pela manhã?

ANTÔNIO LUIZ BRITO - A Secretária fala primeiro, e a partir daí a Conselheira Tânia emite o parecer.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a Secretária Wanda Engel Aduan. Aqueles que quiserem interpelar a Secretária queiram se inscrever.

WANDA ENGEL ADUAN - Tentarei ser breve para termos

tempo para o debate. Para início de conversa, eu queria agradecer a um grande número de pessoas que formaram as Câmaras Técnicas e discutiram a Portaria entre nossa última reunião e hoje. Tivemos Câmaras nas áreas de portadores de deficiência, de idosos, de crianças de 0 a 6 anos. As sugestões foram incorporadas ao documento e, a versão que vem hoje para ser analisada pelo Conselho, é fruto dessas colaborações todas. Tivemos um processo bastante participativo. E agradeço a todos os que estiveram conosco nessa jornada.

O segundo assunto se refere às emendas parlamentares. Elas foram alvo de um verdadeiro mutirão na Secretaria porque tínhamos até o dia 30 de junho para gastar esse recurso. Isso representava empenhar repasse de recursos. Mas, basicamente, o empenho desse recurso tinha a ver com esse processo de projetos analisados, parecer técnico, todo um ciclo burocrático que deveria ser vencido até o dia 30 de junho para ser garantido o uso desse recurso; de preferência, o bom uso desse recurso. Conseguimos 13 páginas de *Diário Oficial* e conseguimos empenhar tudo o que foi possível. Entramos com toda a nossa possibilidade orçamentária. Parte dela foi empenhada e paga; e parte dela foi empenhada para ser paga assim que estivermos livres das restrições eleitorais, previstas para outubro e novembro.

Foi lançado, terça-feira passada, pela "Fala do Presidente", o programa contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse programa já existia dentro da política de assistência social, mas ele estava em uma área experimental na Amazônia; 33 Municípios do Amazonas tinham um

projeto chamado Cunhatã-Curumim, voltado para esse tema. O programa evoluiu no sentido da prevenção e da política. Houve um certo desfoque que atrapalhou um pouco o programa como experiência. Mas ele foi lançado em todos os Estados que colocaram essa questão nas suas agendas sociais. Foram 19 Estados. Começamos com 20.000 crianças em 19 Estados e 149 Municípios. Esse programa, nesses primeiros meses, terá uma função experimental. Se hoje temos a certeza de como se retiram crianças do trabalho penoso, perigoso, o PETI tem consistência em termos de concepção desse modelo, a concepção do modelo de como retirar crianças da exploração sexual é algo ainda pouco solidificado. Então estaríamos acompanhando isso. Sabemos que existe o fator econômico. Normalmente é a pobreza que empurra as crianças para essa atividade, mas são envolvidas também questões de ordem psicológica. É tudo muito complexo, e estamos acompanhando as melhores experiências desses seis meses para vermos que consistência temos no desenho desse programa. Estamos dando R\$50,00 mensais por criança.

Há uma certa liberdade. Os Estados estão tendo liberdade para desenhar junto com ONGs os seus programas para enfrentar essa situação. Possivelmente, alguns serão mais voltados para atividades culturais e esportivas, outros para atendimento psicológico, outros para a questão financeira, e nós estaremos acompanhando isso para verificar qual seria o desenho ideal. Já para 2001 poderíamos fechar a indicação de caminhos para o enfrentamento dessa questão e a consolidação da saída das crianças dessa situação.

Também tínhamos, até o dia 30, o prazo para a expansão do PETI. Conseguimos atingir 270.000 crianças. No ano passado foram atingidas 145.000, e nesse semestre já chegamos a 270.000 crianças em 588 Municípios de 26 Estados.

Entramos com o Roda-Moinho em diversos Estados. O Roda-Moinho é aquela ação junto com a Pastoral do Menor para a área de 0 a 6 anos. Entramos com apoio à família, criação de brinquedotecas onde não existam creches, trabalho sociativo com a família a fim de que esta aprenda a ser o agente de desenvolvimento dessas crianças, fabricação de farinha enriquecida, para crianças com desnutrição, acompanhamento e pré-natal de mulheres pobres e certidão de nascimento para todas as crianças. O programa tenta focar a criança de zero a seis anos em sua integridade e nos Municípios de piores IDHs, aqueles que por isso mesmo escolheram a questão da desnutrição e da mortalidade como suas prioridades. O Roda-moinho está em 12 Estados e 103 Municípios.

Conseguimos repassar recursos também para a criação de 109 NAFs, que são os Núcleos de Apoio à Família.

Uma das duas novidades que podem não ser tão novas assim, eu até já conversei com os senhores, é a participação da SEAS no Plano Nacional de Segurança. O Plano Nacional de Segurança inclui programas da SEAS, principalmente PETI, Agente Jovem e Núcleo de Apoio à Família. Tivemos a liberação de 20 milhões para esses programas nos oito Estados considerados críticos em relação à segurança. Nesses Estados, entramos com a expansão desses programas na Capital e na área metropolitana. Fizemos uma reunião

com todos os Secretários de Estado para termos a certeza de que esses programas estarão enfocando a questão da segurança. Eles devem se refletir na queda dos índices de violência. Eles precisam estar focalizados nas áreas consideradas violentas, e a clientela selecionada tem que ter também a característica de estarem em situação de extremo risco com relação a isso. A focalização é fundamental nesse tipo de programa e ação.

Os oito Estados são: Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás e o Entorno do Distrito Federal. Acho bastante importante que sempre sejam abordadas as raízes sociais do processo de violência, mas quando se elaboram planos de segurança sempre se abrangem medidas repressivas, apenas isso. Agora introduzem-se medidas sociais com a participação da sociedade, da comunidade. Tivemos algumas reuniões com lideranças comunitárias do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Hoje tivemos com São Paulo e Vitória. Essas lideranças vêm trazendo demandas; e uma delas é o reforço de entidades de bases comunitárias como principais executoras das ações. E para isso se necessita a capacitação de lideranças comunitárias, para poderem exercer esse papel. A idéia é criar uma Escola Nacional de Formação de Lideranças para atender a essa demanda, daqueles que são os principais agentes e especialmente as principais vítimas da violência, que são as populações mais pobres. Há todo um enfoque em planos de desenvolvimento comunitário, muito usado na década de 70 e que depois foi abandonado, mas está ressurgindo. Esse é um tema para discutirmos em algum momento em relação a tendências da área social. A

sociedade civil organizada começa nas entidades filantrópicas, depois ONGs, normalmente de classe média, e hoje há uma grande demanda pelo fortalecimento das organizações de base comunitária como executoras da política de assistência social. É uma questão que precisamos, depois, discutir.

E finalmente o IDH-12 - esse é um programa que está diretamente ligado à Presidência pela Casa Civil -, e a idéia é incrementar, expandir programas de cunho social nos Estados de piores IDHs. São doze no total e abrangem os Estados do Nordeste, Tocantins, Acre e Pará. Na verdade, não é um programa; são estratégias de focalização, porque os programas eleitos para isso já existem. Ninguém está criando nada. Estamos dando prioridades a áreas geográficas e dando impacto a essas ações. O impacto esperado é a melhoria dos índices de desenvolvimento humano que é também a proposta da agenda social e do Plano Nacional de Segurança e melhoria dos índices de violência, mortes de adolescentes por causas externas, violência praticada por jovens contra jovens etc.

Essas são as principais questões. Estou aberta à discussão.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Brito.

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Senhora Secretária, quero discutir dois pontos: primeiro, com referência ao patrimônio da LBA. O segundo ponto é uma provocação que eu faria ao Conselho Nacional. Eu conversei com o Presidente sobre isso. Gostaria de saber se o

Órgão Gestor se uniria à proposta que vou fazer: há três anos, o regulamento do Imposto de Renda retirou do Fundo a possibilidade da doação direta às entidades. Eu entendi, achei que era uma medida tomada para poder sistematizar essa ação porque havia muita possibilidade de malversação dos recibos etc. Mas, quando foi redigido, Secretária, nós não tivemos a contemplação do Fundo de Assistência Social, só do Fundo da Criança e do Adolescente e da parte de Incentivo à Cultura. Qual é a grande dificuldade? Muitas entidades de portadores de deficiência, idosos, têm se queixado de que perderam essa fonte de financiamento. E os fundos municipais da parte da criança? Fui Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social de Salvador até o mês passado, durante quatro anos, e o Conselho da Criança não fez nenhuma campanha, e não valeu de nada porque na realidade nós perdemos essa fonte de financiamento. Buscar recursos junto ao empresariado é fundamental até como uma forma de composição da municipalização, mas precisamos de mecanismos porque o empresário tem uma lógica de raciocínio da qual não podemos fugir. Minha proposição é que o Conselho realize um estudo ou que possamos trazer um estudo da possibilidade de a Secretaria do Conselho buscar essa articulação com a Receita Federal para inclusão do Fundo da Assistência Social. É uma proposta com referência à questão da LBA.

WANDA ENGEL ADUAN - Sobre o patrimônio: tive oportunidade de falar com o Advogado-Geral da União, que garantiu que até esta semana ele dará esse parecer. Já estamos há um mês nesse impasse. E eu espero que a palavra dele se cumpra. Eu sou

absolutamente favorável a isso; poderíamos discutir qual é o caminho, mas tenho a impressão de que por um projeto de lei poderíamos conseguir isso.

TÂNIA MARA GARIB - Já tramita no Congresso um projeto de lei da mesma relatora da LOAS, a Fátima Pelais, nesse sentido, ou seja, para descontar o Imposto de Renda dos recursos repassados para o Fundo da Assistência. Já estive aqui uma cópia desse projeto de lei. Talvez tenhamos que ter o mesmo procedimento relativo àquele projeto do Deputado Eduardo Barbosa, e pedir que seja colocado em pauta e votado em regime de urgência.

WANDA ENGEL ADUAN - E estender para o Fundo de Assistência o mesmo benefício que goza hoje o Fundo da Criança e do Adolescente.

Queria dizer que já estamos quase em agosto, quando o Congresso voltará do recesso e começará a preparar o Orçamento de 2001. Estamos querendo ver se nos adiantamos e fazemos uma cartilha sobre como fazer emendas parlamentares na área social, dizendo quais são os programas, o valor deles, a sua importância etc. Pedimos também para todos os Secretários estaduais fazerem um retrato da sua demanda para 2001; então faríamos uma reunião com a bancada do Estado, à qual apresentariamos a demanda daquele Estado. Quer dizer, com base no plano, levantaríamos a demanda do Estado e a passaríamos aos Deputados para ver o que conseguiríamos. Esse ano conseguimos direcionar um pouco, foi assim que conseguimos responder um pouco às demandas da agenda

social, embora não tivéssemos recursos. Isso tem de ser feito agora em agosto. Estamos apelando para todos os Secretários no sentido de fazermos isso, fazermos um pacote de demandas de cada Estado. Poderíamos nos reunir aqui em Brasília, na sede da SEAS, fazer uma reunião da bancada para tentarmos obter uma coligação sobre as necessidades reais, concretas e estimadas pelo Estado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheira Valdete.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Boa-tarde a todos. Algumas notícias para nós que estamos em outras instâncias não são tão novas, mas me chamou a atenção aquela relativa ao plano de segurança quando a Secretária falou sobre a questão da participação comunitária. Esse tema é muito importante dentro da assistência social. Temos trabalhado no sentido de incluir a participação do usuário nos Conselhos, fazer com que as organizações de usuários realmente participem na discussão e na implementação da política de assistência social. Enquanto os técnicos, os gestores e as entidades estiverem falando pelos usuários, não vamos conseguir fazer com que essa política alcance o patamar de controle dos usuários. A secretária Wanda falou sobre o desenvolvimento comunitário. Sei que é um assunto que pode ser depois mais bem detalhado, mas quero dizer uma preocupação. Essa discussão deve ser feita com a participação dos Estados e dos Municípios. Quando falamos em desenvolvimento comunitário estamos falando, evidentemente, de alguma coisa próxima à comunidade,

próxima ao Município. Eu acho muito importante o envolvimento do Estado e do Município nessas discussões. Gostaria de ter mais informações sobre esse programa de segurança. Pelo que a Secretária disse, são 20 milhões. Nesse total entram os programas de assistência social, agente jovem? Ficam os recursos que já tínhamos? Gostaria de saber um pouco mais sobre isso. E também sobre a questão do enfoque das ações dos 12 IDHs.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Um momento. Algumas coisas que eu gostaria de falar são correlatas. Não seria melhor que a Secretária respondesse a pelo menos três perguntas juntas?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - O meu assunto é sobre as portarias. Talvez fosse melhor que a Conselheira Fátima fizesse a sua pergunta que é parecida com a da Conselheira Valdete.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Conselheiro Eduardo Barbosa estava inscrito antes. Tem a palavra.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Boa-tarde, Secretária. Na parte da manhã, tivemos a exposição da Conselheira Eurídice a respeito do programa de segurança, segundo o qual dentro das prioridades estabelecidas haveria 24 ações na área social. Ela nos dizia que era interessante que tivéssemos conhecimento dessas 24

ações no sentido de estarmos influenciando ou trabalhando várias delas. A Conselheira Eurídice ficou de nos enviar mais formalmente o programa para o Conselho avaliar e aprofundar a discussão. Naquele momento, eu sugeri ao Conselho que seria importante que estivéssemos atentos a isso porque seria um caminho muito interessante. Politicamente, esse programa de segurança foi anunciado pelo Presidente da República. E ele sinaliza claramente que segurança é também estarmos enfrentando as questões sociais. E poderíamos ter um papel importante nisso. Não só tentar ajudar no processo de pensar essas estratégias, mas também trabalhar na articulação de políticas para o setor. Pela manhã, discutimos bastante uma ação do Conselho na intersetorialidade, tanto no que se refere aos Gestores quanto aos Conselhos. O Conselho não pode se omitir nessa discussão que vem ao encontro das preocupações que temos aqui e deve encaminhar também algumas propostas de resolução. Gostaria de saber qual a visão que a Secretária tem disso, se essas 24 ações estão também ligadas à área da assistência social ou se são de outras políticas sociais e como seria nossa participação na elaboração dessas propostas.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A minha questão também tem a ver com isso. A primeira seria sobre o desenvolvimento de comunidades de base que resgata o que foi feito fundamentalmente pela LBA há vários anos. Acho extremamente importante porque são justamente as famílias que compõem essas comunidades. E hoje realmente é mais fácil que tanto as famílias quanto as comunidades se agreguem, participando desses projetos de desenvolvimento da

comunidade. Isso é histórico, e eu acho que nós teríamos que resgatar mesmo, evidentemente, adaptando à nossa realidade atual. A segunda questão seria relativa à violência. Um dos aspectos importantes desse plano contra a violência é a prevenção; não esperar que a violência ocorra para depois tomar medidas. Evidentemente temos uma violência já instalada e para isso deve haver uma resposta, mas prevenir é realmente o melhor remédio. Sabemos, entretanto, que no Brasil não existe uma cultura de prevenção. Falamos na assistência social, na reabilitação, na saúde e na própria previdência, mas não é uma cultura, ainda não foi assimilado que a prevenção é fundamental, é o principal.

E na questão da violência? Quem estaria articulando isso? Acho que a assistência social, porque na prevenção se diminui muito a necessidade da assistência social. Portanto, não queremos assistência social em maior quantidade, mas queremos mais desenvolvimento ao país, e a assistência social tem que ir no sentido da inclusão. Por isso a prevenção é fundamental

A outra questão é sobre o PETI: a senhora é uma entusiasta com o PETI, mas nós já sofremos várias críticas com relação ao programa. Quando a Cristina esteve aqui ela disse que faria uma discussão no Conanda sobre isso, e eu gostaria que fizéssemos uma reunião Conanda-CNAS para discutir as questões do PETI. Quais são os questionamentos sobre o PETI, qual é nosso posicionamento com relação a isso, como está o PETI de fato na sua concretude? A senhora disse que está em todos os Estados, eu conheço a ação do PETI no Estado do Paraná, mas nos outros Estados eu desconheço.

Por último, quero falar sobre o orçamento, um problema muito sério. A SEAS encaminhou o orçamento, cumprindo o prazo que expirou ontem, para a Comissão de Financiamento analisar e hoje o CNAS discutir, mas veio apenas o da SEAS, não veio o do Ministério da Previdência e Assistência Social. Isso causou um transtorno. Qual é o posicionamento do CNAS? Vai se abster, deixar passar? E o que implica o não cumprimento da lei? E a Secretaria de Estado, diretamente ligada ao Ministério - que tem interesse em que esse orçamento siga a lei, que seja analisado pelo CNAS, seja aprovado ou não, mas que pelo menos seja analisado - como poderia intervir ou interferir?

Seriam essas as questões.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a Conselheira Simone.

SIMONE A. ALBUQUERQUE - Uma Conselheira que chegou ontem tem a liberdade de levantar questões e errar nesses questionamentos. A fala da Secretária chama a atenção deste Conselho para algumas questões. Sinto que este Conselho deve pactuar com o Órgão Gestor sobre as ações prioritárias dele em âmbito nacional. Acredito que haja questões que devem ser enfrentadas de forma nacional porque do contrário se perde a visão nacional de política, mas temos que pactuar minimamente. Por que estou falando isso? Porque ficamos discutindo os critérios de partilha dos benefícios de ação continuada, embora haja recursos sendo repassados para os Governos Estadual e Municipal para as

ações que devem estar claras para o Conselho Nacional. Inclusive como essas ações serão discutidas nas instâncias que nós definimos, como as Comissões Intergestoras Bipartites, as Comissões Intergestoras Tripartites, os Conselhos Estaduais e Municipais, e as definições dos planos estaduais e municipais. Acho que falta a definição. Fiquei instigada porque considero que ações de atendimento à família, e ações de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, muitas delas com programas financiados pelo Governo Federal, deveriam ser discutidas em âmbito municipal. São ações de âmbito municipal. Deveria haver um consenso deste Conselho com o Órgão Gestor. As várias críticas que recebemos se referem exatamente ao não-fortalecimento dos órgãos criados por lei e instrumentos que criamos. A fala da Secretária traz para o Conselho a urgência da tomada de decisão com relação a todos os recursos da área da assistência social, e não só o enfoque da nossa discussão no serviço de ação continuada.

WANDA ENGEL ADUAN - Vamos por partes: o Plano Nacional de Segurança começou a ser gestado no Ministério da Justiça e no Gabinete Institucional da Presidência da República. O plano foi gerado durante algum tempo e começava dizendo que havia ações na área de repressão, de segurança, na área social e na área de participação comunitária, não só a participação das comunidades que são as áreas e os bolsões de baixa renda, mas a participação da sociedade como um todo para enfrentar a violência. A área social estava pouco definida.

Por conta do trabalho que vínhamos desenvolvendo no Entorno,

trabalho que tinha sido iniciado devido a uma pesquisa nas cidades do Entorno, que havia diagnosticado uma situação de calamidade pública, principalmente nessa área de segurança mesmo, gravidez precoce, abuso sexual, fomos chamados a opinar sobre o Plano Nacional de Segurança. Ao fazê-lo, levamos algumas sugestões do próprio escopo da Política Nacional de Assistência Social, que abrange programas de atendimento na faixa de 0 a 6 anos, na faixa de 7 a 14 anos, na faixa da juventude etc. Na verdade, os trabalhos preventivos são o conjunto da política de assistência social. Desse conjunto de ações demos prioridade àquelas de possibilidade de impacto em curto prazo. O PETI, principalmente na sua versão urbana, que abrange os meninos na faixa de 7 a 14 anos já envolvidos em situações de extremo risco, o Agente Jovem em desenvolvimento social e humano porque abrangia a faixa da juventude, o combate à exploração de crianças e ao abuso sexual e os Núcleos de Apoio à Família. Esses foram os programas escolhidos por terem não só um aspecto preventivo mas também a possibilidade de impacto em curtíssimo prazo. Havia um conjunto de emendas parlamentares que estavam contingenciadas. Por causa do Plano Nacional de Segurança houve o descontingenciamento de 20 milhões dessas emendas. Não foi um recurso novo, mas também não era dinheiro já previsto para os programas; eram recursos de emendas parlamentares. O PETI já tinha base orçamentária com a suplementação que o Presidente havia enviado; o combate ao abuso de exploração sexual também tinha base orçamentária. Então tomamos esses 20 milhões e os colocamos nesses dois programas. Não se criou nada; eram programas que faziam parte do nosso plano, que

faziam parte do Avança Brasil, do PPA. De forma que não houve criação de programas, houve o incremento desses programas já em curso, o incremento nas áreas de bolsões de violência. Eu não diria que esses estão entrando preventivamente, o que está entrando preventivamente é o conjunto das nossas ações. Esses estão entrando quase que numa tentativa de intervenção para impacto em mais curto prazo. E incluía também a participação comunitária. E nesse caso, Valdete, a participação não só de interferência na política, mas também como agente fornecedor do serviço. Na verdade, isso é algo que já existe na comunidade, mas ela não tem recurso nenhum. Ocorre que quem tem acesso a recursos, a capacitação, planejamento e execução são as chamadas organizações não-governamentais ou as entidades, aquelas organizações de base comunitária que às vezes nem estão formalmente como organização. Então haveria necessidade de um certo fortalecimento disso. Em todas as interlocuções isso era solicitado. Eles nos dizem: "Estamos lá, frente a frente com o problema, temos o maior compromisso de fazer, mas não temos capacitação para buscar recursos, para planejar, para fazer projetos para concorrer com fontes de financiamento, e precisamos de uma ajuda para isso".

A participação comunitária foi o grande caminho na década de 70; a Cepal fez toda uma formulação nesse sentido. Educação popular, metas de participação, tem toda uma história sobre isso. Acho que nas décadas de 80 e 90 abandonamos um pouco esse veio que é alguma coisa que eu acho que precisamos discutir um pouco mais.

Estamos criando um grupo de trabalho para pensar como seria essa capacitação requerida. E convido e abro concretamente vagas nessa comissão para que o Conselho tenha representantes que nos ajudem a pensar como fazer isso.

Estamos convidando entidades que vêm fazendo isso já, o IEE de São Paulo, no Rio de Janeiro, cidades que vêm trabalhando nisso, os chamados agentes de desenvolvimento social. Enfim, há algumas experiências pipocando. Acho que primeiro devemos construir uma opinião sobre isso e depois ver como se concretizaria isso, o conteúdo, a metodologia.

Estamos discutindo muito sobre os programas e surge um Plano Nacional de Segurança que mobiliza, que nos convida a entrar. Surge então o IDH, no qual vínhamos trabalhando. Precisávamos superar a lógica programática e entrar na lógica de impacto de programas. Nas agendas sociais fizemos toda uma discussão sobre isso, com todos os Estados. Tentamos compatibilizar os planos locais, municipais, com os estaduais, dando prioridade ao que já havia nos planos e formar uma agenda. Na verdade, os planos que chegavam na agenda nos davam a possibilidade de carrear recursos. Como tudo se passou em cada Estado, eu não posso garantir, mas a idéia era não abandonar os planos e dar prioridade àquilo que fosse considerado absolutamente inadiável para os Estados.

O IDH: havia grande movimento de tentar mais recursos para incrementar programas. Se no plano de segurança estavam os Estados de maior índice de violência, no IDH estavam os de menor índice de desenvolvimento humano. Na verdade, esse movimento é

nosso, nossa missão específica, combater a pobreza e a exclusão, diminuir o termômetro da pobreza é a missão básica da assistência social. Somos protagonistas nisso. Então assumimos o IDH. Não estamos inventando nada, é o mesmo PETI, o mesmo Agente Jovem, o mesmo Núcleo de Apoio à Família, é a mesma coisa. Com isso, conseguimos o descontingenciamento de 20 milhões do Plano Nacional de Segurança e vamos conseguir o incremento de recursos pelo IDH que não estavam previstos no orçamento, inicialmente. É um recurso que já vem carimbado, não em termos programáticos, mas em termos de prioridade. O mesmo ocorre com as emendas parlamentares; já estão lá, já é do parlamentar. Mas dá para usar esse recurso em alguma prioridade do Plano Nacional de Assistência Social? As pessoas pensam que há um caráter político-partidário na alocação desses recursos, mas a existência de emendas é que é a grande questão. Já estão lá, o que tentamos fazer é direcionar o máximo possível para os programas que constituem um plano nacional.

Estou absolutamente à disposição nessa pactuação, mas há questões de oportunidade que são um "plus" daquilo que era o nosso patamar inicial. Queria dividir isso com vocês porque isso é o que acontece na concretude. Alguns programas não estão no SAC, por exemplo, o PETI. O PETI está onde há meninos envolvidos em trabalho penoso. Mas isso não tem a ver com critérios gerais de distribuição, tem a ver com a clientela específica do programa. São questões às quais precisamos estar atentos e tentar gerenciar essa multiplicidade. Mas quero afirmar que estou absolutamente à disposição para as articulações necessárias.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - É rápido. Eu apenas informei, Secretária, desse conjunto de ações e desse reforço que se está buscando e se vai apresentar até o dia 10 ou 13 de agosto, um conjunto de ações exatamente na linha do que a senhora falou: dando prioridade ao que já existe e eventualmente construindo para não se perderem recursos humanos nem orçamentários.

Gostaria de dar uma nova informação do ponto de vista fiscal e de encaminhamento de recursos fiscais. Até onde eu sei, o governo permite a renúncia fiscal de 1% do imposto declarado a pagar das empresas, e a aplicação desse recurso tem que ser via Fundo. Para o Fundo da Criança e do Adolescente já é possível. E não precisa necessariamente ser para entidade filantrópica; ele pode ser direcionado para programas. Imagino que sem excluir nenhum outro, esse é um caminho que deve ser divulgado, porque as empresas vêm trabalhando dentro da nova lógica da responsabilidade social, dentro de uma ação que envolve responsabilidade junto às comunidades, com um *marketing* social e essa é uma possibilidade em que poderíamos atuar fortemente como Conselho. Essa é uma oportunidade que está sendo desperdiçada porque as empresas nem sabem como encaminhar.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Secretária, três questões que eu gostaria de colocar: a primeira em relação a procedimentos que a SEAS adotou nesse momento de tortura, de mutirão, no final de

junho. E por conta desse problema de mutirão, muito da política nacional foi ferido, especialmente o respeito às gestões municipais. Sabemos que esses três meses são assim mesmo, devido ao processo eleitoral e outros fatores. Em nome dos gestores municipais, eu gostaria de solicitar à SEAS, nesse momento, que nesse período de calma que se instalará nos meses de agosto e setembro seja feito esse levantamento sobre o que se feriu na Política Nacional de Assistência Social, especialmente no que diz respeito à gestão municipal, elaborando-se portarias e termos de responsabilidade com os Estados. Que isso tudo fosse preparado para que no dia 2 de outubro ou no dia em que se encerrar o processo eleitoral, possamos corrigir essas questões e, assim, não termos um discurso diferente da prática.

WANDA ENGEL ADUAN - A Tânia está falando principalmente do Agente Jovem.

TÂNIA MARA GARIB - Não, estou falando da exploração... Deixe-me apenas completar esse aspecto. Por conta desses atropelos todos...

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E que se incluam os nomes dos Municípios.

TÂNIA MARA GARIB - Por quê? Eu sei, por exemplo, da realidade de Santa Catarina no programa de exploração sexual. Eu vi no Conselho Estadual de Mato Grosso do Sul, na semana passada,

uma das coisas mais absurdas na minha vida: a reunião foi na segunda-feira, vinte projetos que o Estado encaminhou e que deveriam chegar por conta desse 30 de junho foram aprovados *ad referendum* - porque é uma determinação exigida nos documentos - e aí, por curiosidade e até certo ponto por ironia, eu perguntei à Presidente do Conselho sobre o projeto Roda-Moinho. E ela não conseguiu dizer nada. Assinou uma declaração *ad referendum* e nem sequer leu o projeto Roda-Moinho. Porque ela fez isso? Na iminência do 30 de junho? Na possibilidade de, se não enviar, prejudicar o Estado com a falta de recursos? Podemos resgatar essas coisas e rever com cuidado todos esses aspectos para que não fiquemos brincando de fazer controle social no Conselho Nacional.

WANDA ENGEL ADUAN - A Tânia tem toda a razão. Isso ocorreu mesmo. Na questão do Agente Jovem por exemplo, esses 20 milhões que obtivemos, o foco era a Capital e Municípios da Área Metropolitana. Nós tivemos a liberação três ou quatro dias antes do dia 30 de junho. A única possibilidade que tínhamos era fazer com o Município da Capital; não dava para saber quais eram os Municípios da região metropolitana em que esse problema era mais sério, não dava para fazer com cada um desses Municípios. Então fizemos com a Capital e com o Estado. Era a única possibilidade naquele momento de utilizarmos esses recursos. É certo que isso ocorreu. E quando chegar o dia 2 de outubro vamos ter que resgatar; mas era a única possibilidade de esse recurso chegar. Isso ocorreu, mas não é o usual. Ocorreu naquele momento, e vamos resgatar.

TÂNIA MARA GARIB - A senhora também já foi gestora municipal e sabe o que é trabalhar com entidades comunitárias. Nós sabemos, quem está lidando no dia-a-dia com entidades comunitárias sabe, que se salvam dessas entidades uma média de 35% delas e que até 65% são de qualidade questionável; quando não, os seus líderes comunitários estão interessados apenas em questões e ganhos pessoais. Fico preocupada como a SEAS vai trabalhar esse problema sob dois aspectos: primeiro, essas entidades, para receberem algum recurso, devem estar inscritas no Conselho Municipal, e seus estatutos prevêm que se faz tudo, mas não fazem nada. Esse é um aspecto fundamental quando se trabalha com entidades comunitárias. Segundo, uma solicitação que vamos fazer hoje no sentido de se qualificarem os serviços, as modalidades de serviços para nos darem respaldo: quando as entidades comunitárias forem fazer algum procedimento, que não sirva qualquer coisa, mas apenas o que é correto, o que esteja dentro de um plano de qualificação.

A terceira questão preocupante, embora eu concorde que não podemos perder espaço nem a possibilidade de sermos protagonistas das questões relacionadas com o social, especialmente com a assistência social, é o IDH-12. Aprovamos o critério de partilhas, e foram identificados os 14 Estados mais carentes e de menos recursos, para os quais houve um adicional de 15% nos recursos, mas até hoje não tivemos uma avaliação do que isso significou. Naquela época já se falava isso, e, embora o espaço seja curto, não pode sair da nossa mente essa preocupação, que o IDH era baixo e que por isso ia para os Estados do Nordeste,

com exceção do Rio Grande do Norte. Será que a proposta de se atingir todo o Nordeste, o Pará, o Acre e do Tocantins com esse IDH - e, lógico, a canalização de recursos para isso, sem que tenhamos uma avaliação do que significou para esses Estados esse aumento de recursos da ação continuada - não seria injetar mais recursos sem que se pudesse avaliar, ou esse IDH-12 está diretamente relacionado a esses Estados que receberam esse valor a mais da ação continuada, e por isso merecem uma avaliação mais profunda?

WANDA ENGEL ADUAN - Realmente, como você disse, eu fui gestora municipal e de uma cidade onde 65% das associações de moradores estavam nas mãos de laranjas do tráfico de entorpecentes. Não só qualidade do serviço pode ser questionada, mas basicamente as ligações internas que tem com isso - e que eu acho que nós discutimos pouco - que são as ligações do fortalecimento do mercado marginal de entorpecentes com a questão da pobreza e com as ações voltadas para o seu enfrentamento. Hoje, concretamente, as duas questões estão absolutamente ligadas e quando se pensa nisso pensa-se em discutir todos esses aspectos, quer dizer, discutir todos os aspectos e entrar numa linha de capacitação, uma linha de formação de novas lideranças.

O Agente Jovem, na verdade, pode ser uma sementinha para novas lideranças; ele começa como Agente Jovem, pode ser um Agente Júnior e depois Agente Sênior, obtendo então uma visão mais global e tentar o diagnóstico da sua comunidade. Podemos contribuir para formar novas lideranças, novas lideranças que

sejam capazes de constituir novas organizações com capital técnico para a ação.

Não estamos falando do que existe hoje em termos de organização comunitária, mas está se mostrando a importância de se aplicarem os recursos aí. Na verdade os recursos todos estão canalizados para as chamadas ONGs intermediárias, organizações de assessoria etc., que acabam sendo intermediárias dos recursos na ação direta com as comunidades.

Se conseguirmos de alguma forma contribuir para que surjam novas capacidades, novos capitais técnicos nessa área seria muito interessante. Mas isso deve ser discutido com todos esses dados da situação. Quando eu estava no Rio, quase 70% das creches tinham convênio com associações de moradores e eu tive que reverter esse processo, enfim, era a lei do dono do morro, que punha na creche quem ele queria. Havia muitas ameaças, mas tivemos que enfrentar isso.

Na área de saneamento, de infra-estrutura, inclusive algum recurso a mais para área de assistência social. E se tivermos uma assessoria consistente, paga pelo Ministério de Orçamento e Gestão poderíamos fazer o monitoramento e a avaliação de impacto dessas ações. A nossa responsabilidade não está sendo deixada de lado. Foi feita uma grande licitação, foram empregados recursos para uma avaliação; mas são recursos adicionais que vêm através da vontade governamental de injetar mais recursos. São recursos que hoje não estão no fundo, vêm para o fundo, mas vêm como parte de uma ação maior. E vamos ver como se comportam. Temos experiência no Entorno, um lugar para onde se destinam recursos,

mas cuja carência social é tão alta que tivemos que pôr uma Assessoria Técnica porque eles não sabem utilizar o recurso; não têm ONGs, não têm entidades. Alocar recursos nessa ausência de capital social, sem dúvida nenhuma, é jogar recurso fora. Estamos tentando entrar na assessoria; quando vemos que um Estado que recebeu mais recursos não está conseguindo empregar bem esses recursos, mandamos pessoas para lá. Na semana passada estivemos conversando com um Governador e toda a sua assessoria para ver o que é preciso para essa coisa andar. Então estamos com essa preocupação. Estamos acompanhando isso de perto.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Carlos Ajur.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Boa-tarde, Secretária. Hoje no Brasil existem em média 17 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Para a senhora ter uma idéia, há nesta reunião, hoje, cinco representantes de entidades para portadores. Os programas e projetos sociais que se realizam hoje no Brasil deixam à margem as pessoas portadoras de deficiência. Muitas vezes os programas se realizam, mas não vemos abertura para a participação das pessoas portadoras de deficiências. Vivemos um momento em que é lançado o plano de segurança, questões sociais para ajudar a resolver os problemas de segurança no país, então lembramos e recomendamos à senhora que não sejam esquecidas as pessoas portadoras de deficiência que estão nessa condição muitas vezes em decorrência de uma bala perdida, de uma briga, do alcoolismo, do

tráfico de drogas. Seria interessante, Secretária, que o gestor estadual ou municipal, aquele que for executar essa ação de formação de liderança comunitária, abrisse a oportunidade para que um percentual de portadores de deficiência sejam formados líderes nessa área. Em quase todos os municípios brasileiros existem, pelo menos, uma ONG para portador de deficiência. Meus colegas, Presidentes de Federações, aqui presentes são testemunhas de que essas ONGs são mal dirigidas, exatamente pela falta de uma boa formação em liderança. Também no programa Agente Jovem, gostaríamos de solicitar um direcionamento ao jovem portador de deficiência.

Para a senhora ter uma idéia, na área da cegueira, hoje, temos cerca de 1.700.000 pessoas cegas, total ou parcialmente. Para nossa vergonha, apenas 200.000 pessoas cegas estão incluídas na rede de ensino. Isso mostra a péssima formação do dirigente na sua origem. Nós nos colocamos parceiros, como Federação, na execução desses programas.

Obrigado, Secretária.

WANDA ENGEL ADUAN - Você tem toda razão. Nesse caso nós não lidamos com uma discriminação positiva. Vou ficar absolutamente atenta a isso. Os dados são impressionantes: houve um aumento no número de pessoas portadoras de deficiência como resultado da violência. Em todos os países a deficiência mental é a de maior número; nas pesquisas que fizemos no Rio de Janeiro, com reabilitação em comunidade, a deficiência física já suplantava a mental por conta da violência. As grandes seqüelas da violência

são o aumento do número de pessoas portadoras de deficiência. Está registrado, vamos ver se fazemos uma discriminação positiva e incentivamos a incorporação de portadores de deficiência nesses programas todos.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheira Valdete.

VALDETE DE BARROS MARTINS - Secretária Wanda, quando a senhora disse que o movimento comunitário de 1970 se perdeu um pouco na década de 80 e 90, eu discordo. Na realidade, nós modificamos essa forma de participação. Com a Constituição de 88, criamos uma nova forma de participação da sociedade civil organizada nas instâncias que são os Conselhos. Eu chamo a atenção disso porque desencadear - e a preocupação é realmente essa -, desencadear um processo, discutir movimento e desenvolvimento comunitário sem a efetiva participação das organizações que estão hoje na assistência social fará com que corramos o risco de esvaziar ou desqualificar as instâncias legítimas, hoje, de discussão da política de assistência social. Quero frisar mais uma vez isso para podermos fazer esse movimento a partir das instâncias organizadas em torno da assistência social. Com certeza, existe um número de entidades e associações que não estão legalmente constituídas conforme propõe a LOAS, mas é necessário que trabalhem para que elas se organizem e façamos com que esse movimento nasça dentro de uma instância legítima de gestão dessa política que são os Conselhos de Assistência Social. Obrigada.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Senhores Conselheiros, o Conselheiro Eduardo Barbosa tem um compromisso, deve se retirar e veio pedir à Presidência que coloque em votação a portaria e as demais resoluções. Se não houver objeção do plenário... Há alguma objeção? É uma proposta do Conselheiro Eduardo Barbosa. (Pausa)

Como não há objeção, com a palavra, a Conselheira Tânia, para relatar sobre o item portaria.

TÂNIA MARA GARIB - Os senhores têm o Relatório e a nova minuta de Portaria em mãos. Como foi dito pela manhã, essa Portaria foi alvo de discussão nas comissões, e meu relatório de forma simples é o seguinte: recebemos essa portaria aqui no CNAS no dia 21 de março de 2000. A partir daí ela foi alvo de discussão; como ela foi distribuída na reunião do Fonseas, outras pessoas também tiveram conhecimento de seu teor e passaram a discuti-la, encaminhado posteriormente ao CNAS as suas críticas, sugestões e propostas. Na reunião do CNAS do mês de maio, foi solicitado pelo conselheiro Charles que a proposta fosse encaminhada para o CONADE, Conselho recentemente criado e responsável pela garantia dos direitos da pessoa portadora de deficiência, com a recomendação, como foi dito, de que esse Conselho emitisse sugestões em relação à portaria. O CONADE encaminhou sua resolução, assim como várias entidades não-governamentais, Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, Secretarias de Assistência, de Educação, todas elas apontando

principalmente para as questões: primeiro, de não ter havido ampla discussão ou não ter sido amplamente discutido com os representantes das entidades envolvidas; segundo, uma interpretação - errônea - de que a Portaria cortava 10% de recursos ao ano, embora a proposta, na sua redação, não cortasse nada, mas indicava que os recursos deveriam ser utilizados em outras modalidades de serviços.

Na reunião de junho, após análise da resolução do CONADE, esta relatora propôs ao CNAS, que aprovou, assim como a SEAS, que deveriam ser realizadas três oficinas, para as quais seriam convidadas pessoas responsáveis pela condução das atividades relacionadas aos portadores de deficiência, ao idoso e ao atendimento de 0 a 6 anos, de representação nacional, estadual e municipal.

A primeira oficina foi realizada no dia 20. Nela se discutiram as questões relativas à pessoa portadora de deficiência - a síntese dessa oficina está anexa à Portaria; no dia 21 foi realizada a oficina em que se discutiram as questões relativas ao idoso, e, no dia 4 de junho, a terceira oficina, em que se discutiram as questões incluídas na portaria relativas ao atendimento de 0 a 6 anos. Basicamente, o que foi solicitado pelos participantes dessas oficinas está na última página deste Relatório. Mas, em atenção à pessoa portadora de deficiência, sugerimos retirar a fase de transição, retirar a obrigatoriedade da redução gradativa de 10% das metas atuais, substituir o termo determinar por autorizar e negociar com o Ministério da Saúde a possibilidade de aporte de recursos para financiamento de ações de

habilitação e reabilitação.

Em relação à pessoa idosa, as propostas foram: retirar a obrigatoriedade da redução gradativa de 10%, implantar novas modalidades de atendimento de acordo com a política nacional do idoso, diferenciar o atendimento de idoso dependente de idoso independente, aumentar os valores previstos considerando que idosos necessitam de cuidados especiais e considerando o custo real do serviço, ampliar o atendimento e revitalizar a rede em parceria com a área da saúde.

Em relação à criança, destacou o relatório da oficina correspondente: o atendimento à criança de 0 a 6 anos deve permanecer na assistência social até que os sistemas municipais de educação assumam integralmente as creches e pré-escola; é imprescindível a articulação da assistência social com os Ministérios da Saúde, da Educação e da Justiça, visando a integração de ações destinadas às crianças.

A SEAS incorporou todas essas sugestões. Ontem ainda na análise da Comissão de Política havia três ou quatro itens, alguns relacionados a forma, e um artigo de importância. O Dr. Álvaro esteve aqui conosco, discutiu e acatou as sugestões. Em função disso o nosso parecer em relação à matéria é o seguinte: a análise da nova proposta considerada anteriormente contempla a maioria das sugestões apresentadas e por essa razão somos de parecer favorável à aprovação da mesma. Entretanto, sugerimos que na resolução - teríamos que verificar se juridicamente é possível, me parece que não, mas fica aqui a solicitação à Secretária - seja destacado que a SEAS se empenhe em destinar mais recursos para a execução dos

serviços de ação continuada, visando ampliar o número de metas bem como os valores *per capita* de cada modalidade.

Este é o parecer sobre a Resolução, que deverá ser submetida à apreciação do senhores Conselheiros: "O Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, no uso da competência que confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em conformidade com a deliberação da reunião plenária realizada no dia 18 de julho de 2000, e considerando o estabelecido na Lei nº 8743, LOAS, especialmente em seus artigos 2º, 23, 24 e 28, o estabelecido na Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, o estabelecido no Decreto nº 1.605, e especialmente em seu artigo 7º, o estabelecido da Política Nacional de Assistência estabelecido na Norma Operacional Básica/99 resolve: aprovar a proposta de Portaria apresentada pela Secretaria de Estado da Assistência Social conforme o encaminhado pelo Ofício nº 156, de 12 de julho de 2000, que institui novas modalidades de atendimento e valores mensais de referência correspondentes ao apoio financeiro da União no financiamento de serviços de ação continuada. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação".

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão.

(Pausa)

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Queria perguntar uma coisa, Tânia, aquelas questões que vinham complementares exatamente a essa resolução...

TÂNIA MARA GARIB - Isso é decorrente. Primeiro temos que aprovar a portaria. Se a portaria for aprovada, há duas resoluções que a Comissão de Política sugeriu como desdobramentos da portaria.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento, apesar de não ter proposto isso, está preocupada.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação. A Presidência consulta se algum dos senhores Conselheiros vai votar contra; se houver a intenção do voto contra, a Presidência vai fazer votação nominal. (Pausa)

Os que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra, a conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, como foi dito pela manhã, sendo aprovada a Portaria, a Comissão de Política entende que dois procedimentos são fundamentais e os coloca em resolução também para ser submetida à apreciação dos Srs. Conselheiros.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Nobre relatora,

apresente uma relação por vez, por favor. Após cada leitura faremos a discussão e a votação.

TÂNIA MARA GARIB - Pois não, Sr. Presidente. Após toda aquela introdução de praxe, "solicitar que a Secretaria de Estado da Assistência Social articule com os representantes das demais políticas públicas setoriais a definição do financiamento sob a responsabilidade de cada área no atendimento aos segmentos inseridos nos serviços de ação continuada".

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Eduardo Barbosa, com a palavra.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Somos da Comissão de Política e discutimos amplamente essa proposta de resolução. Conversando com a Conselheira Lizair, durante o intervalo, ela fazia uma reflexão sobre um possível conflito desse aspecto com o CONADE, que tem a competência no que se refere à pessoa portadora de deficiência. Nessa câmara técnica, a própria Secretária solicitou ao CONADE que fizesse uma ação nesse nível. Mas a resolução é ampla, não faz referência apenas à política para o portador de deficiência, mas também às demais políticas. Sendo assim, acredito que ela continue sendo pertinente e vem fortalecer a portaria que acabamos de aprovar, já que esta estabelece essa relação de responsabilidade da saúde e da educação no que se refere à criança e ao portador de deficiência. Então vem num esforço maior para que as ações se concretizem.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento também discutiu exaustivamente esse tema e só votaria na proposta anterior com essa complementação porque acha extremamente importante esse acordo. Sabemos que os outros Ministérios também têm problemas, dificuldades financeiras. Então deve ficar muito clara essa participação e essa articulação entre as diferentes esferas.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Alguém mais gostaria de discutir? (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação. Os senhores Conselheiros que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra, a Conselheira Tânia Garib.

TÂNIA MARA GARIB - A segunda proposta diz respeito à questão anteriormente comentada e que foi amplamente discutida na Comissão de Política com relação à preocupação do Conselho com os critérios de qualidade dos serviços, das novas modalidades introduzidas pela portaria. "Solicitar que a Secretaria de Estado da Assistência Social implante, no prazo 120 dias, critérios de qualidade para as ações de assistência social incluídas na

portaria nº tal" - após publicada ela receberá um número que será inserido aqui.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Eduardo Barbosa, com a palavra.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - A redação dessa resolução vem ao encontro de uma necessidade do próprio Conselho de ter referências de resultados e de avaliação, inclusive para discussão de programas, propostas orçamentárias e critérios de partilha. Avaliamos que o momento em que estamos propondo novas modalidades bem pertinentes à área de política de assistência social é o momento exato de estarmos também sinalizando de forma bem rápida esse processo de monitoramento. Conversei com o Secretário Adjunto, o Dr. Álvaro, que considera essa uma questão altamente pertinente e acredita que é o momento de ser apresentado pela SEAS.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação. Os senhores Conselheiros que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Conselheira Tânia, com a palavra.

TÂNIA MARA GARIB - Duas propostas de resolução foram discutidas pela manhã e o que foi sugerido e determinado, Sr.

Presidente, foi que eu fizesse a resolução sobre os dois assuntos.

“Considerando:

a análise dos dados do relatório encaminhado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Ofício MPAS/SEAS nº 46, de 10 de julho de 2000” - que é aquele relato que a SEAS fez da comissão de política em relação à revisão do benefício de prestação continuada;

“a existência de pontos polêmicos levantados durante a realização da revisão do BPC;

a necessidade de haver um maior envolvimento dos Conselheiros nas três esferas,

Resolve:

Artigo primeiro - que a Secretaria de Estado da Assistência Social realize um seminário com todos os envolvidos no primeiro processo de revisão do benefício de prestação continuada - BPC, visando colher subsídios para aprimorar a segunda etapa de revisão do mesmo benefício;

Artigo segundo - que não tenha início a segunda etapa de revisão do BPC antes que o proposto no artigo primeiro seja concretizado”;

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheira Valdete, com a palavra.

VALDETE DE BARROS MARTINS - É importante a propositura desse seminário. Temos muitas questões para discutir nesse processo de avaliação que passam pela utilização do instrumental,

pela avaliação dos Municípios, vários assuntos que durante a realização de um seminário podem ser discutidos amplamente. Quando ficamos no âmbito da comissão tripartite, estamos no âmbito do próprio governo, dos gestores. Para nós isso é muito importante na política de assistência social. Esse tem sido o nosso discurso, a recuperação do locus desse acompanhamento do benefício de prestação continuada, que é um benefício assistencial presente na política de assistência social e que há até pouco tempo era totalmente conduzido pelo INSS, sem a nossa participação. E considerando ainda que a partir de agora novos usuários terão acesso a esse benefício. Então poderemos acompanhar mais de perto, e é importante que seja discutido mais amplamente antes de começarmos uma nova avaliação.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Srs. Conselheiros, há um problema regimental para o qual peço o auxílio de vossas senhorias. A Secretária Wanda me chamou a atenção para o assunto. Estamos em processo de discussão e votação, e, regimentalmente, não tenho como conceder a palavra à Secretária Wanda, a não ser que o Plenário autorize. (Pausa)

Com a palavra, a Secretária Wanda Engel.

WANDA ENGEL ADUAN - Agradeço ao Conselho por mais essa oportunidade. Acho que temos duas formas diferentes nas duas resoluções. A primeira diz o seguinte: resolve solicitar que a Secretaria de Estado da Assistência Social implante, no prazo de 120 dias, critérios de qualidade. Na verdade nós já estamos

trabalhando nisso. Houve uma solicitação nesse sentido.

Mas a segunda resolução diz: resolve que a Secretaria de Estado da Assistência Social realize um seminário com todos os envolvidos. Acho que essa é uma precedência para a qual devemos estar atentos porque pode ser que não haja recursos orçamentários para isso. Isso é criar despesa para o órgão executivo. Os termos da resolução não podem resolver que a secretaria realize seminário. Penso que pode ser solicitado, sugerido que um seminário seja realizado.

TÂNIA MARA GARIB - Vamos trocar por solicitar.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A Presidência solicita ao nobre Conselheiro Brito que redija o novo texto..

Com a palavra, o Conselheiro Paulo Coury.

PAULO BIANCARDI COURY - Acho que está bem indicado que o Conselheiro Brito redija o novo texto, mas na realidade entendo que não podemos resolver nada pela Secretaria de Estado. É uma interferência indevida. Entretanto, o nome é resolução, e uma resolução resolve.

WANDA ENGEL ADUAN - Mas pode resolver solicitar.

PAULO BIANCARDI COURY- Por isso está bem encaminhado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra,

a Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Na verdade, a próxima questão diz respeito a uma conclusão do seminário sobre as Oscips que gera também uma proposta. E também aparece a palavra propor, exatamente porque o CNAS não pode interferir nem definir pela Frente Suprapartidária, nem o Comunidade Solidária, nem o Ministério da Justiça. Então "considerando a necessidade de aprofundar a discussão sobre a legislação que envolve a organização da sociedade civil de interesse público Oscips, bem como as entidades que têm certificado de fins filantrópicos resolve: artigo primeiro - propor a criação de um grupo de trabalho composto por representantes do CNAS, da Frente Parlamentar Suprapartidária de Assistência Social, do Comunidade Solidária, do Ministério da Justiça e do Ministério da Previdência e Assistência Social para, em um prazo de 60 dias, apresentar ao CNAS as conclusões do estudo realizado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão.

(Pausa)

Conselheiro Charles, com a palavra.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Pelo que entendi, foi a Frente que propôs?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A Frente Parlamentar solicitou ao CNAS que o CNAS propusesse.

PAULO BIANCARDI COURY - No texto da Resolução nós temos um problema de redação. Na realidade, eu imagino que o Comunidade Solidária vai gostar muito de participar desse grupo de trabalho, mas eu acho que ela não pode obrigatoriamente compor...

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O texto está claro, nobre Conselheiro Paulo Coury. O CNAS está solicitando à SEAS, e ela faz o contato tanto com o Comunidade Solidária, quanto com o Ministério da Justiça, porque nós como Conselho não podemos fazê-lo. É só isso. A Frente pediu que partisse do Conselho a sugestão.

Encerrada a discussão?

Com a palavra, a Conselheira Simone.

SIMONE ALBUQUERQUE - Eu gostaria de voltar à resolução anterior. Na Comissão de Política, discutimos muito como está sendo o processo de revisão no país. Eu penso que não podemos começar um novo processo de revisão sem avaliar o que já foi feito. É uma responsabilidade muito grande para este Conselho se nós, de alguma forma, não amarrarmos isso: que haja pelo menos uma avaliação do processo feito, antes que se inicie outro. Porque as informações que eu tenho é que o novo processo já está sendo encaminhado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em votação a Resolução da Frente Parlamentar. Os Srs. Conselheiros que a

aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovação das Resoluções do CNAS.

Em discussão.

Com a palavra, a Conselheira Dora.

DORA CUNHA BUENO - Quero comunicar ao Conselho que li com bastante atenção as resoluções que serão referendadas hoje e encontrei alguns erros para as quais já solicitei correção. Mas na Resolução nº 78, Sr. Presidente, de 20 de abril de 2000, publicada no *Diário Oficial* de 27 de abril de 2000, no item 2, fala do Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de São Vicente. O seu registro não foi restabelecido porque ele devia a prestação de contas. Foi comprovado o recolhimento do valor, mas o registro não pode ser estabelecido porque foi perdido o prazo. Quero apenas cientificar que ela está apta a requerer o seu registro novamente.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Alguém mais deseja discutir? (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação. Os senhores Conselheiros que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Conselheira Dora, essa Resolução já foi retificada, de acordo com a informação da Coordenação de Financiamento.

DORA CUNHA BUENO - Então eu gostaria de ter uma cópia.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a Conselheira Cida. Vamos discutir a benfeitoria da placa do decreto.

MARIA APARECIDA MEDRADO - A proposta é que se faça uma consulta à Consultoria Jurídica, pedindo a alteração dos dizeres da placa que, fundamentado no artigo 4º da Loas que trata do respeito à dignidade do cidadão, sua autonomia, seu direito a benefícios, serviços de qualidade bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade. O termo carente não traduz a identificação de um usuário com a vulnerabilidade social que demanda serviços assistenciais. Incorporar o termo carente não garante os princípios hoje afirmados na política de assistência social; portanto, recomenda-se o seguinte texto: "Esta entidade tem certificado de entidade de fins filantrópicos concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS/MPAS, integrando-se à rede de proteção social." Logo em seguida a identificação do usuário e o prazo de validade.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Todos concordam com o parecer da Conselheira Cida? (Pausa)

A Presidência acata e vai enviar à Consultoria Jurídica.

Conselheiro Brito, com a palavra.

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Sr. Presidente, conforme foi designado por V. Exa., estou relatando a Resolução.

"O Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em conformidade com a deliberação da reunião plenária realizada no dia 18 de julho de 2000 e considerando:

a análise dos dados do relatório encaminhado pela Secretaria de Estado da Assistência Social SEAS, Ofício/MPAS/SEAS nº 46, de 10 de julho de 2000;

a existência de aspectos a serem aprofundados decorrente da realização da revisão do BPC;

a necessidade de haver um maior envolvimento dos Conselheiros das três esferas,

Resolve:

Artigo primeiro - solicitar à Secretaria de Estado da Assistência Social a realização de seminário de avaliação, com os envolvidos no primeiro processo de revisão do benefício de prestação continuada - BPC, visando a discussão e a obtenção de subsídios fundamentais para o aprimoramento da segunda etapa de revisão do BPC.

Artigo segundo - recomendar que a segunda etapa de revisão do BPC esteja fundamentada no que dispõe o artigo primeiro.

Artigo terceiro - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação".

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Conselheiros que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Alguém mais deseja fazer mais alguma observação?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - E a questão dos critérios de partilha?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O critério de partilha já foi resolvido.

Com a palavra, o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Hoje pela manhã foi levantado um ponto que não chegou a ser amarrado sobre a participação dos suplentes no processo de capacitação, destacando o que já havia sido encaminhado na última assembléia, qual seja, que eles compareceriam também, e aí haveria aqueles ajustes de locomoção, de passagem etc. Foi comentado isso hoje pela manhã, mas não foi encaminhado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O que V.Sas. resolveram hoje pela manhã?

CHARLES ROBERTO PRANKE - Não foi definido. Não foi

fechado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Em princípio, ficamos com a reunião de agosto, nos dias 21, 22 e 23, para capacitação, salvo exceção em relação ao orçamento. É isso?

ANTÔNIO LUIZ BRITO - Foram solicitadas passagens para os suplentes?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Para todos. Nós já discutimos isso na reunião anterior.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Não foi debatido a esse respeito; eu só estou recuperando que se mantenha o que já foi decidido.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A Presidência não muda a decisão. Os suplentes vão participar da capacitação. Essa foi a decisão primeira. E está mantida.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Gostaria de dizer que o CFEEES confirma a questão da passagem.

Queria fazer uma solicitação: que pudéssemos ter conhecimento de qual é o orçamento disponível para o Conselho, para quando formos pensar outras ações termos um orçamento base. Discutimos que há poucos recursos, mas não tomamos conhecimento dele.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Pois não.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.